

Volume 2 - Nº 1/2019

DUMELA

FIAMFAAM

FMU
CENTRO UNIVERSITÁRIO

Memória: Políticas de qualidade e inclusão desenvolvidas pelo NAP endossam a nota 5 da FMU na avaliação do MEC

Personagem: Hédio Silva Jr., advogado e coordenador do IDAFRO, que defende direito de resposta em favor de religiões afro-brasileiras



ILÚ OBÁ DE MIN

O coletivo Ilú Obá de Min nasceu em 2004 com o objetivo de desenvolver atividades de empoderamento da mulher através da arte para o enfrentamento do racismo, sexismo, discriminação, preconceito e homofobia. Além disso, suas atividades visam preservar e divulgar a cultura negra no Brasil.

O significado de Ilú Obá de Min vem de “Ilú” que é um tambor grande, “Obá” ligado a rei e “Min” que significa mãos. Seriam as “as mãos femininas que tocam o tambor para o rei Xangô”. Assim, a cada 13 de maio, dia da abolição da escravidão no Brasil, o Ilú ocupa a rua 13 de maio no bairro do Bixiga, São Paulo, para fazer o ritual da “Lavagem da escadaria” que tem significado espiritual e é guiada por cantos e defumadores. A escolha de fazer o cortejo nessa região/rua não é aleatório. O bairro do Bixiga, na verdade, nasceu como um quilombo urbano e tem em sua história diversos marcos de resistência negra, portanto, trata-se de um protesto contra a falsa Abolição.



NÚCLEO DE ESTUDOS DE
ÉTNICO-RACIAIS

FMU FIAMFRAM

Por uma trajetória descolonizante

Expedito

A DUMELA é uma produção do Núcleo de Estudos Étnico-Raciais (NERA), pertencente ao Centro Universitário FMU-FIAMFAAM.

Volume 2 | Nº 1/2019 | Semestral

Reitoria: Manuel Nabais da Furriela.
Gerente da Escola de Educação, Comunicação, Artes, Design e Moda, Negócios e Hospitalidade: Vicente William Darde.

A DUMELA

Diretora de Redação: Carla de Oliveira Tôzo (MTB 033685 SP).

Editora Executiva: Edilaine Heleodoro Felix (030438 SP).

Produção Executiva e Coordenadora do NERA: Maria Lúcia da Silva (MTB 0563 ES).

Designer e diagramação: Iuri Lima.

Colaboração dos Monitores NERA: Gabriela Barbosa e Iuri Lima.

Colaboração dos Monitores da AICom: Ana Luiza Antunes e Felipe Aranda.

Colaboração dos professores: Maria Isabel Blanco, Maria Tereza Blois e Rosana Mauro.

Colaboração do fotógrafo Fabio Stamato que cedeu gratuitamente as fotos da capa e segunda capa.

O NERA

O NERA é formado pelos professores Carla de Oliveira Tôzo, Eduardo Viné Boldt, Edilaine Heleodoro Felix, Maria Lúcia da Silva.

A DUMELA está localizada nos seguintes endereços:
Av. Santo Amaro, 1239 - Vila Nova Conceição,
São Paulo - SP, 04745-000 e Av. Morumbi, 501 -
Morumbi, São Paulo, SP - 05607-000

Você pode entrar em contato conosco através dos e-mails redacao@revistadumela.com.br e maria.l.silva@fiamfaam.br

ISSN 2595-797X | Volume 2 | Nº 1 | Agosto 2019

Nesta terceira edição da Dumela, o leitor vai encontrar 64 páginas que ilustram um olhar descolonizado sobre a cultura negra brasileira. A revista registra em sua capa e contracapa o ritual de lavagem da escadaria 13 de maio, realizado pelo grupo Ilú Obá De Min, um dos rituais protesto mais simbólico produzido por esse grupo de mulheres que desde 2004, sob comando das percussionistas Beth Belí e Adriana Aragão, contribuem no movimento de resistência com a preservação da memória e divulgação da cultura afro-brasileira. A escadaria 13 de maio, que está localizada no Bixiga, região central de São Paulo, foi construída em 1929, bairro que teve uma forte presença da população negra no início do século passado. Esse ritual produzido pelas mulheres do Ilú é um protesto contra a falsa abolição da escravatura brasileira, onde essas mulheres dançam, tocam tambores e espalham competência, encanto e água de cheiro com flores por todo o bairro. As fotos que registram o ritual do Ilú Obá De Min foram cedidas gratuitamente pelo fotógrafo paulista Fabio Stamato. A formação de professores realizada por Sheila Walker foi um dos momentos fundamentais na construção desse caminho descolonizante que estamos trilhando. A literatura, a música, o cinema negro e o grafite são os temas de matérias assinadas por alunos, professores e pesquisadores convidados. Temos Edileuza Penha de Souza com o texto sobre a atuação da Associação do Profissionais do Audiovisual

Negro e Jailson de Souza Silva que analisa o Observatório das Favelas, organização que atua na pesquisa e formação sobre espaços urbanos populares.

As atividades do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) são retratadas na reportagem que ilustra para a comunidade acadêmica e externa a política de qualidade e inclusão social da Instituição. A qualificação da FMU com nota cinco na avaliação do MEC é um marco nesses 50 anos de história e só reforça o compromisso da instituição na busca por uma sociedade mais igualitária.

A Dumela convida a todos a se fortalecerem para enfrentar o debate de inclusão e o racismo com ações práticas e conhecimento.

Muito obrigada, boa leitura.

Maria Lúcia da Silva

Sumário



Memória

NAP e sua excelência em ações



Espaço NERA

Mulheres na luta pelo direito ao protagonismo



45

Diálogos

Sheila Walker debate a diáspora africana na formação de professores

6 Por que ler

8 Por que ver

11 Por que ouvir

13 Espaço Discente

16 Espaço Docente

29 Personagem

Uma vida dedicada a defender o direito das religiões afro-brasileiras

34 Desmistificando

Estigmas sociais contribuem para a resistência dos professores ao funk

50 Ensaio

Sobre a Arte e o Tempo

57 Precisamos falar

Periferia é sinônimo de amor e união

60 Reflita

O Observatório de Favelas e sua missão de reinvenção da Cidade

A graciosidade da melanina exala afeto e identidade

Respeito as diferenças, inclusão social, e, sobretudo, a importância da existência do diálogo nos dias atuais estão presentes na obra de Lázaro Ramos

Por Priscila Alves*

Falar sobre a incessante persistência da luta contra o racismo atualmente é fundamental e acima de tudo, desafiante. Principalmente quando o emissor, além de ter enfrentado situações altamente preconceituosas e racistas cotidianamente é uma figura pública, diretor, escritor, apresentador e sobretudo, negro. Ou, como muitos ressaltam, ator negro.

Lázaro Ramos, desde muito pequeno, já era ator e nem sabia. No entanto, desde a infância, seu sonho sempre foi ser médico ao invés de artista. Nasceu em Paty, uma ilha pequena e também muito graciosa de Salvador, lugar que esteve sempre longe da violência, preconceitos e inclusive da política. Em Paty residiam quase todos os membros de sua família, desde avós até primos. Uma cidade marcada pela história da escravidão traz a Lázaro o orgulho de enfatizar sua origem e cultura. O livro se inicia descrevendo as experiências cultivadas em sua infância, o que resultaram em muitas lutas e, acima de tudo, muitas conquistas.

Ramos até tentou investir no seu sonho de ser médico, porém a paixão artística falou mais alto quando entrou no Bando do Teatro Olodum aos 16 anos de idade. Um grupo teatral cujo principal objetivo era enfatizar o ponto de vista do negro na sociedade, por meio da crítica social e do humor. Foi através do Bando que Lázaro entendeu a



importância de ressaltar a questão racial na sociedade. Contudo, tal qual o Bando, Lázaro também foi influenciado pelo seu programa Espelho, apresentado no Canal Brasil, no qual cultivava assuntos de gênero, etnia, discriminação, entre outros.

Foram anos de muita dedicação e pouca confiança, talvez. No entanto, é em menos de 200 páginas que Lázaro Ramos procura abrir olhos dos leitores, a partir de uma viagem através de sua narrativa. Contudo, uma pergunta foi o gatilho deste diálogo prazeroso e assertivo.

“*Sendo um ator negro, o que acha dessa coisa toda de racismo?*” indagou um dos integrantes da editora, em uma reunião que influenciou a criação deste livro.

Digamos que essa interrogação foi um ponto-chave na criação desta obra *Na Minha Pele*. Seu foco central foge de ser somente uma biografia ou ativismo exacerbado. “*Fazer um livro sobre o ponto de vista de uma exceção, não ajuda em nada a questão de exclusão dos negros do Brasil.*”

Há dizeres de que o Brasil é, sobretudo, marcado pela miscigenação. Porém, tal afirmação não ofusca o quanto vivemos numa nação, cujo nível de preconceito racial é elevado. Daí que surge a importância em tratar das questões raciais que poucos (tanto negros quanto brancos) se propõem a questionar. Aliás, o grande sociólogo *Florestan Fernandes* evidencia isso em suas pesquisas. Para ele, a subalternidade e a marginalização do negro na sociedade têm sido constantemente sustentadas com base nessa ideia de ‘miscigenação’. Logo é no livro que o ator negro vai nos mostrar ‘na pele’ o quanto essa reflexão é contraditória e ainda, destacar a cada página a importância de debatermos esses assuntos.

O objetivo é abordar a conscientização social, identidade, entre outros temas, percorrendo um caminho no qual seja possível construir um mundo cada vez mais igualitário e longe da visão intimidatória e vitimizadora no que se refere à sua imagem. Desta forma, Lázaro Ramos bate um papo com o leitor, levando-o para um universo que não é apenas dele,



Divulgação

“*Ter passado a conviver com pessoas que não refletiam sobre racismo no seu dia a dia me fez buscar argumentos para inserir esse tema nas conversas. Queria que elas percebessem o que pra mim era tão claro. Queria dividir sem medo minha sensação de entrar num restaurante e ser o único negro no lugar. Queria mostrar as riquezas da cultura afro-brasileira, da qual eu tanto me orgulho e que tantas vezes é ignorada.*” Assim Lázaro Ramos define o que é ser negro em “Na Minha Pele”

afinal, o universo é muito complexo e cheio de similaridades para se tornar privativo de alguém.

“*Esta viagem que começa aqui só é possível porque redescobri um mundo que é meu, mas que não pertence só a mim. Ele é parte de uma busca que todos nós devemos fazer para compreendermos quem somos. Por isso, sempre que eu falar de mim neste livro, estarei também falando sobre você. Ou, ao menos, sobre essa busca saudável por identidades,*” enfatiza.

*Aluna do 6º semestre do curso de Jornalismo. Produziu essa resenha originalmente para a disciplina Produção de Revista.

Cinema negro – O que é, e o que representa

Edileuza Penha de Souza*

Por que ver



Joyce Prácio

Para pensar o conceito e a produção de um cinema negro no Brasil, é antes de tudo necessário lembrar que foi-se o tempo em que a denominação “Cinema negro” esteve rotulada como um cinema violento, ou da violência gratuita. Nesse sentido, desde 1912, quando Willian D. Foster lançou seu primeiro filme (*The Railroad*

Porter) dirigido e representado por negros, que os primeiros debates sobre cinema negro começaram a travar espaços com a representação de homens e mulheres negras no cinema e no palco. A *Foster Photoplay Company*, já nos seus pequenos filmes, foi a primeira a apresentar os afro-estadunidenses como humanos no cinema. Até então, a maioria dos

(as) personagens negros (as) que se via eram representados por atores e atrizes brancas usando maquiagem preta (blackface).

No Brasil, ainda que a atuação de negros e negras ocorra desde o primeiro período do cinema, já nos tempos do cinema mudo, a representação de homens e mulheres negras ocupa uma posição marginal

(...) me aproprio de um conjunto de critérios e passo a classificar e definir novos conceitos do gênero Cinema Negro. Para arquitetar o conceito de Cinema Negro, evoco cineastas e acadêmicos cujas obras têm transformado teorias e ideologias em lições de vida (Souza 2013, 63).

em relação a sua imagem. Tal atuação revela ainda que o processo de escolha de um determinado grupo ou pessoa demonstra a dimensão política das práticas de representação, e que, muitas vezes, denuncia o poder dos grupos dominantes (Carvalho, 2005). Essas escolhas estão muito bem evidenciadas no documentário *A negação do Brasil* (Joel Zito Araújo, 2000). Entre vários depoimentos, atores e atrizes negras falam de suas carreiras, dos (as) personagens que representaram, das discriminações e preconceitos a que foram submetidos ao longo da história das telenovelas no Brasil. Ao analisar as influências das telenovelas brasileiras que foram ao ar de 1963 a 1997, Joel Zito acaba por criar um processo de identidade étnica “fazendo um verdadeiro manifesto pela incorporação positiva do negro nas imagens televisivas do país” (Souza, 2013, 66).

Em 1998, um grupo de documentaristas e curta-metragistas negros se uniu no sentido de divulgar mutuamente seus trabalhos. No ano seguinte, Jefferson De e Daniel Santiago organizaram, dentro do *Festival de Curtas*, um encontro de cineastas negros brasileiros onde lançaram o *Movimento Dogma Feijoadá*, que proclamava sete mandamentos ou regras para o cinema negro: 1) o filme tem de ser dirigido por um realizador negro; 2) o protagonista deve ser negro; 3) a temática do filme tem de estar relacionada com a cultura negra brasileira; 4) o filme tem de ter um cronograma exequível; 5) personagens estereotipados, negros ou não, estão proibidos; 6) o roteiro deverá privilegiar o negro comum brasileiro; 7) super-heróis ou bandidos deverão ser evitados (Carvalho 2005, 96).

Acervo Preta Portê Filmes



Juliana Vicente, diretora Preta Portê Filmes

Mariana Campos/Instituto Criar



Kamila Bianca, videomaker, egressa do curso de Produção Audiovisual Centro Universitário FIAMFAAM

Caroline Nocetti



Sidney Santiago Kuanza e Lilian Solá Santiago no set de filmagem de *Graffiti*

Nesse encontro, apenas uma mulher foi citada, a historiadora, cineasta e produtora cultural Lilian Solá Santiago, não por acaso, irmã do Cineasta Daniel Santiago. Desde o lançamento do *Manifesto Dogma*, Lilian Santiago participou da produção de dezenas de filmes. Na direção, ela assina os filmes *Família Alcântara* (2005), junto com Daniel Santiago; *Balé de Pé no Chão – a dança afro de Mercedes Baptista* (2006), em parceria com Marianna Monteiro e *Graffiti* (2009). Lilian foi responsável pela concepção e curadoria da mostra *Espelho Atlântico – Mostra de Cinema da África e da Diáspora*, que teve a sua terceira edição no Rio de Janeiro, em maio de 2010. Em 2006, ela recebeu o *Prêmio Zumbi dos Palmares*, honraria outorgada pela Assembleia Legislativa de São Paulo aos que se destacam por suas ações afirmativas em defesa da promoção da igualdade racial no estado de São Paulo.

Embora o *Movimento Dogma Feijoada*, tenha ensejado a discussão sobre a possibilidade de um cinema brasileiro feito por negros, criando uma agenda mínima para pensar um cinema negro, seu texto não faz nenhuma referência ao papel da mulher negra no cinema. Em 2001, no 5º *Festival de Cinema do Recife*, veio a lume o *Manifesto do Recife*. De caráter prescritivo e mais politizado que o *Dogma Feijoada*, “o manifesto reivindicava maior participação dos afro-brasileiros não apenas no cinema, mas em todas as esferas da produção audiovisual” (Carvalho 2004, 23). Nesse segundo Manifesto, estavam presentes as atrizes Maria Ceija, Ruth de Souza, Thalma de Freitas. No entanto, mais uma vez, não houve nenhuma menção à presença (ou ausência) negra feminina na TV e no Cinema.

Nos dias atuais a Associação dos *Profissionais do Audiovisual Negro* (APAN) é a instituição brasileira que reúne e consolida os/as realizadores/as negros e negras no Brasil. A APAN tem por objetivo promover em todos os elos da cadeia produtiva do audiovisual a inclusão racial e de gênero, entendendo que seus/suas associados/das são as referências fundamentais do Cinema Negro

Brasileiro. Para APAN cineastas e demais profissionais do audiovisual são responsáveis por construírem um cinema de identidade entendido como espaço de pertencimento e, assim, são agentes recriadores de mundos e de possibilidades de identidade. Ao produzir e dirigir seus filmes, cineastas negros e negras brasileiras têm edificado um modo de fazer cinema que tem como referência a história e a cultura da população negra.

A adesão ao conceito de cinema negro nos permite identificar gerações sucessivas de militantes negros e negras que somente foram capazes de demarcar teorias e, consequentemente, ideologias, por meio de suas experiências de vida. Em outras palavras, Cinema Negro é um conceito cunhado na luta diária de combate ao racismo, ao preconceito e a toda e qualquer discriminação; é, pois um conceito corporificado pela militância negra e se finca no território e na territorialidade, e nos orienta que é possível transcender da porteira para dentro, pois é nesse processo “que os integrantes da comunidade compartilham conhecimentos, sentimentos e emoções comuns, que se estabelecem e se fortalecem os vínculos de aliança e se estrutura identidades” (Luz, 1992, 59).

Para conceituar o Cinema Negro Brasileiro, é necessário, definir critérios que nos permitam reconhecer e identificar características específicas de combate ao racismo, ao machismo e à homofobia, ao mesmo tempo em que essas obras cinematográficas atuam no sentido de promover a diversidade e a identidade negra, e ainda, nos possibilitam enquadrar diferentes estilos naquilo que se convencionou chamar de gênero cinematográfico.



Arquivo Pessoal

* Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB, 2013), mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB, 2005), graduada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, 1994). Desde 2006 desenvolve pesquisas na área de cinema, com ênfase no Cinema Negro no Brasil e no Continente Africano. Trabalha com Educação atuando nos temas: comunidades quilombolas, arte e cinema africano, cinema e cineastas negras, educação das relações étnico-raciais, formação de professores, Lei 10.639/2003. Professora da Universidade de Brasília.

ARAÚJO, Joel Zito. *A Negação do Brasil: o Negro na Telenovela Brasileira*. São Paulo: Senac, 2006.

CARVALHO, Noel. “Negritude, cinema e educação, Dogma Feijoada e Manifesto do Recife dez anos depois”. In: SOUZA, Edileuza Penha de. (Org.). v. 3. *Negritude, cinema e educação: caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003*. Belo Horizonte: Mazza, 2014. Página inicial-página final.

“Esboço para uma do negro no cinema brasileiro”. In. DE, Jefferson; CARVALHO, Noel dos Santos. *Dogma Feijoada: o cinema negro brasileiro*. Col. Aplauso Cinema Brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac & Naif, 2006.

SILVA, Conceição de Maria Ferreira. *Mulheres negras e (in)visibilidade: imaginários sobre a interseção de raça e gênero no cinema brasileiro (1999-2009)*. 2016. 297f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SOUZA, Edileuza Penha de. *Cinema na Panela de Barro: Mulheres Negras, narrativas de amor, afeto e identidade*. Brasília, UNB, 2013. Cinema Negro – conceito corporificado pela militância pág. 64-84. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17262/1/2013_EdileuzaPenhadeSouza.pdf

O q faço é música

Jards Macalé

Por Adriana Braga*

Por que ouvir



Arquivo pessoal

Contracapa do CD *O q faço é música*

Me apaixonei pela voz de Jards Macalé ao ouvi-lo cantar *Cor de Cinza*, no *songbook* dedicado às canções de Noel Rosa, produzido por Almir Chediak em 1991. É claro que eu já tinha ouvido ele cantar, conhecia algumas de suas músicas, principalmente *Vapor Barato* – composição de Macalé e Waly Salomão –, que Gal Costa gravou. Mas, ali, naquele momento ouvindo um samba de Noel dos anos 1930, a voz de Macalé me conquistou. De lá pra cá, comprei discos, assisti shows, li sobre ele, enfim virei fã.

Jards Anet da Silva nasceu no Rio de Janeiro em 3 de março de 1943. Sua formação musical passa pela música

erudita, pois estudou orquestração com o maestro e compositor Guerra-Peixe; violoncelo com Peter Daulsberg e violão com Turíbio Santos, mas sua carreira musical começou em 1965, na montagem paulista do espetáculo *Opinião* – o mesmo que lançou Maria Bethânia, quando esta substituiu Nara Leão na montagem carioca. Nela, Macalé tocava violão. Além de participações em peças do Teatro de Arena, ainda nos anos 1960, Jards Macalé compôs trilhas para produções do Cinema Novo de diretores como Glauber Rocha, João Pedro de Andrade e Nelson Pereira dos Santos. Acrescenta-se ao cinema e ao teatro

o trabalho de Macalé relacionado às artes plásticas, com nomes como Helio Oiticica e Ligia Clark.

Em 1972, Jards Macalé lançou seu primeiro disco, que levava o seu nome e trazia composições como *Mal Secreto* (em parceria com Waly Salomão) e *Hotel das Estrelas* (em parceria com Duda Machado), ambas gravadas por Gal Costa no disco *Gal a todo Vapor*, de 1971, que também trazia a já citada *Vapor Barato*.

Em 1973, para lembrar os 25 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Macalé organizou o show *Banquete dos Mendigos*, que reuniu nomes como Chico Buarque, Edu Lobo, Milton Nascimento, Johnny Alf, Paulinho da Viola, Gonzaguinha e Raul Seixas. Reunindo uma multidão na plateia do MAM (Museu de Artes Moderna) do Rio de Janeiro, e vigiado de perto pelos militares, *Banquete do Mendigos* foi gravado e lançado em um LP duplo, no ano seguinte, mas o disco foi censurado e só liberado para a comercialização em 1979.

Nas palavras do autor André Barcinski, Jards Macalé “representava o elo entre a MPB e a vanguarda das artes brasileiras”.¹ Sua música era (e é) sem rótulos e não comercial. Nos anos 1980, com a alta comercialização da música e com as grandes gravadoras mandando no mercado, Macalé se sentiu rejeitado, foi chamado de “maldito” (assim como Jorge Mautner e Itamar Assumpção – músicos que não se adequavam às regras da indústria cultural). Sobre esse período, ele declarou à Barcinski: “a arte sempre vive do conflito, não é? Se o artista não tomar cuidado, acaba diluído junto com essas coisas todas. Foi nesse espaço da solidão que eu

passei os anos oitenta”.²

Talvez por isso nesse período ele tenha lançado discos de intérprete. Em 1987, Macalé gravou *Quatro Ases e um Coringa*, com composições de Paulinho da Viola, Lupicínio Rodrigues, Geraldo Pereira e Nelson Cavaquinho e no ano seguinte, 88, lançou *Ismael Silva – Peçam Bis* (projeto da Funarte), gravado ao lado da cantora Dalva Torres.

Os anos 1990 resgataram Jards Macalé da “solidão” da década anterior quando em 1996 o grupo Rappa gravou *Vapor Barato* no álbum *Rappa-Mundi*. No ano seguinte, Zeca Baleiro, em seu disco de estreia, *Por onde Andará Stephen Fry?*, usou a gravação de Gal e trechos de letra (da mesma) *Vapor Barato* em sua música *Flor da Pele*. Já o próprio Macalé lançou em 1998 o incrível *O q faço é música*, com canções como *Rei de Janeiro* (em parceria com Glauber Rocha), *Movimento dos Barcos* (com Capinam) ou ainda, *Mais um abraço no nosso amigo Radamés*, uma composição instrumental em homenagem ao maestro e compositor Radamés Gnattali.

O século XXI nos trouxe muito mais discos de Jards Macalé, começando com o dedicado ao Moreira da Silva, de 2001 (*Jards macalé canta Moreira da Silva*), depois vieram entre outros, *Amor, Ordem e Progresso* (2003); *Macao* (2008); *Jards* (2011); e o mais recente *Besta Fera* (2019).

Este último disco, produzido pelos músicos Rômulo Froes e Kiko Dinucci, conta com a participação de Juçara Marçal e de Tim Bernardes – jovem compositor e cantor paulista, que Caetano Veloso elogiou na sua: *Revisão muito incompleta do ano de 2018*.³ Aliás, *Buraco da Consolação*, parceria de Macalé e Bernardes, já entrou na minha lista de músicas favoritas para ouvir a toda hora.⁴ Jards Macalé é pop, é samba, é choro, vanguarda e tradição. Vale a pena pesquisar e ouvir um de seus lados – ou todos.

* Graduada em Comunicação Social



Capa do CD *4 Batutas & 1 Coringa*

Arquivo pessoal



Capa do CD *Amor, Ordem & Progresso*

Arquivo pessoal

pela Fundação Armando Álvares Penteado (1989) e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2003). Atualmente é produtora executiva na Rádio Cultura da Fundação Padre Anchieta. Atua principalmente nos seguintes temas: música popular brasileira, rádio e história do rádio e TV.

1- BARCINSKI, André. *Pavões Misteriosos: 1974-1983: a explosão da música pop no Brasil*. São Paulo: Três Estrelas, 2015. (p. 15).

2 - *Idem* (p. 16).

3 - <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/12/caetano-veloso-revisao-muito-incompleta-do-ano-de-2018.shtml>

4 - <https://www.youtube.com/watch?v=r0SGVxTI2Cs>

Livro Reportagem:

Resistir para existir

Por Nayara Antunes*

‘Escr

rito especialmente para mulheres que tenham interesse em questões sociais, movimentos, política e debates acerca destes assuntos, o livro-reportagem *Resistir para existir: mulheres indígenas à frente movimentos políticos e sociais*, retrata a trajetória de vida de seis indígenas. Orientado pela professora Dra. Maria Lúcia da Silva, o livro busca analisar de que forma o movimento feminista atua nessa militância, além de enfatizar quais as principais reivindicações dessas mulheres. As ilustrações presentes em cada capítulo visam exaltar a beleza individual de cada personagem e, surgem como forma de afastar estereótipos construídos por grande parte da população, em relação aos povos indígenas.

Após participar da Conferência Cidadã, ocorrida em São Paulo, com a presença de ativistas, indígenas, parlamentares, intelectuais, de movimentos sociais e artistas – com o intuito de debater os rumos e propostas para mudar o Brasil em 2018 –, voltei para casa reflexiva. Senti a necessidade de ampliar o espaço, dar visibilidade e divulgar mais ainda, como jornalista, todas as bandeiras da luta dos povos indígenas. Em especial, percebi que era preciso desconstruir os estereótipos criados para definir as mulheres brasileiras – sobretudo as indígenas –, que por muitas vezes são limitadas as tarefas domésticas.

produto permitiu que eu tivesse uma profundidade muito maior no tema escolhido e possibilitou também, o uso das técnicas apresentadas durante a graduação, como por exemplo, os processos operacionais do jornalismo: pauta, pesquisa, apuração, entrevista e redação.

O processo de construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso, sem dúvida, foi muito significativo. O desenvolvimento do relatório e elaboração da pesquisa me proporcionou segurança para escrever e confiança para entrevistar. Além dos benefícios citados acima, de trabalhar com esse formato de produto, também tive a chance de ampliar, ainda mais, o espaço de discussão do tema abordado com o convite da faculdade para coordenar no Dia Internacional das Mulheres (8 de março) a roda de conversa “*Lutas das Mulheres Indígenas*” no auditório Nelson Carneiro, na Liberdade. O

evento contou com a presença da minha orientadora e também de duas personagens do livro: Mahu Lima e Priscila Tapajowara.

Por fim, ressalto aqui a gratidão que sinto por esse projeto e pela profissão que venho exercendo, afirmando a importância do papel jornalístico mediante as minorias desse país, e também proporcionando esse momento de reflexão sobre as possíveis consequências da não efetivação dos nossos direitos.”

*Paulistana, nascida em 1997, Nayara Antunes é jornalista formada pelo Centro Universitário FIAMFAAM. Feminista, inspirada pelos textos de Eliane Brum, busca ampliar o espaço de voz e visibilidade das classes minoritárias. Acredita na importância de retratar assuntos do cotidiano da população de baixa renda e assim, expor as consequências de uma sociedade excludente.



Da esquerda para a direita: Rute Reis, a professora orientadora Maria Lúcia, Nayara Antunes e a professora Carla Tôze

Arquivo pessoal

Monografia:

A linha tênue entre mídia, bullying e racismo contra crianças negras

Por Paula Silva*

“Meu nome é Paula Rejane da Silva. Tenho 28 comemorado no dia 25 de julho. Um dia importante; não somente por ser o meu aniversário. É o Dia Internacional da Mulher Negra Latina e Caribenha, data para celebrar e refletir sobre a existência de mulheres como eu: negras, periféricas e preteridas.

E como mulher negra que reflete sobre sua existência e seus inúmeros lugares, me senti no dever de escrever sobre as cicatrizes do racismo na infância.

“A linha tênue entre mídia, bullying e racismo contra crianças negras” é uma monografia de 107 páginas que nasceu graças a orientação da queridíssima professora Cláudia Nonato, contendo vários fragmentos da minha história pessoal que ainda se encontram fincados em minhas

lembranças. Lembranças estas bastante doloridas.

Esse é um dos pontos que justificam o meu trabalho. O meu eu atual—descoberta negra há mais de 5 anos, periférica e consciente de sua existência—é o desdobramento de uma puberdade e parte da adolescência marcada pelo fenômeno do bullying e do racismo na escola. Fenômeno este que se tornou uma demanda bastante frequente nas escolas, sobretudo quando salienta os mais diversos preconceitos e intolerâncias.

O racismo é uma realidade que muitas crianças negras ainda são obrigadas a lidar. É doloroso ver indivíduos em tão tenra idade, ainda metidos em bancos de areia e tapetinhos de EVA repletos de brinquedos, sendo oprimidos, pré-julgados, agredidos

e marginalizados. O senso comum pensa que é somente “maldade”. Eu, na época da escola, também pensava que era só isso, “maldade”. Descobri, muitos anos depois, que essa maldade é algo que existe desde que o mundo é mundo.

Fazer este trabalho foi uma espécie de terapia para mim. Revisitar um tema ainda espinhoso em minha vivência imergindo em diversas leituras negras, conversando com psicólogas, educadoras e visitando os espaços onde outrora me sentia rejeitada e oprimida serviu para repensar e ressignificar o trauma causado pelo racismo, convertendo-o numa ferramenta de transformação para mim e, futuramente, para outros pretinhos e pretinhas. Não deixo de acreditar que falar sobre as questões raciais na rotina escolar é uma estratégia crucial na luta antirracista; aliás, entendo as relações étnico-raciais como um *movimento negro* de fato. Uma luta que tomei para mim quando finalmente me descobri negra depois de anos sendo submetida a processos de embranquecimento e rejeição de minha identidade.

E quando vejo pretinhas e pretinhos orgulhosos de seus traços, logo sei que também estão lutando. O que me motiva a lutar por elas (es)”.

*Graduada em Jornalismo pelo FIAMFAAM.



Arquivo pessoal

Da esquerda para a direita: a professora orientadora Cláudia Nonato, a mestre em Educação Francisca Rodrigues, Paula Silva e a professora Maria Lúcia da Silva

Livro Reportagem:

Todos os olhos em mim: a presença do racismo nos relacionamentos inter-raciais

Por Aline de Campos*

“Nos últimos anos, a presença do racismo nas diferentes instituições sociais e seus efeitos na vida da população negra, tornou-se um tema cada vez mais debatido. A mídia, impressa e digital, por sua vez, tem aberto espaço para que o assunto seja disseminado. A falsa democracia racial, mais que nunca, está deflagrada, e mesmo com este cenário, pessoas negras continuam sendo vistas apenas por sua cor. Diante deste cenário, o livro-reportagem *Todos os olhos em mim: a presença do racismo nos relacionamentos inter-raciais*, resultado do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Jornalismo, orientado pela professora Dr.^a Maria Lúcia da Silva, fez-se necessário para identificar problemáticas que envolvem a vida amorosa entre negros e brancos.

Entrevistei pessoas negras que estavam ou já estiveram em uma relação afetivo-sexual com um parceiro branco e a partir dos relatos desenvolvi perfis para o livro. O objetivo foi analisar como os meios de comunicação têm apresentado estes casais e identificar a presença de estereótipos que pudessem influenciar no modo como estes indivíduos se veem e se envolvem.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, me deparei com algumas dificuldades como, por exemplo: certa resistência de homens negros e até mesmo de pessoas mais velhas em expor suas experiências. Mas o que todos os entrevistados tinham em comum era a dificuldade com a autoaceitação. Problemas com baixa autoestima e resistência de amar e conhecer a si mesmo diante dos padrões impostos pela sociedade e doses de racismo no decorrer da vida, foram fatores que todos apresentaram

como o principal problema antes de se relacionar com alguém.

Foi possível observar que tais fatores fizeram com que alguns se sujeitassem a relacionamentos abusivos ou em que o racismo por parte da família do parceiro era recorrente, por não acreditarem em seu próprio valor. Outros, por identificarem o padrão branco como sinônimo de beleza, não viam em sua negritude algo positivo que levasse a uma atração por um relacionamento afrocentrado, logo ligavam-se apenas com pessoas brancas.

Como resultado da pesquisa identificamos que a falta de representatividade e falhas na representação do negro, como a manutenção de estereótipos sobre a figura negra na mídia, afetaram estas relações por interferirem no modo em que a sociedade vê o negro e como ele vê a si próprio.

“Inconscientemente as pessoas têm aquele conceito de que a mulher negra é só pra transar e curtir”; “Nós somos totalmente invisibilizados, sem representação na mídia”; “Ela me diz que a família é racista, porém eles não assumem isso. Então ela evita de me colocar em grandes encontros familiares”. Aqui, algumas frases que elucidam os pontos principais tratados neste trabalho. Estes relatos me marcaram muito e acredito, com essa pesquisa, ter encontrado a oportunidade de contribuir para os estudos sobre o tema. Ainda vejo uma forte necessidade de discutirmos como comunicadores e como sociedade os efeitos que o preconceito racial causa na vida de pessoas negras e os atrasos que causam no âmbito social”.

*Graduada em Jornalismo pelo FIAMFAAM.



Da esquerda para a direita: Daisi Bregantini, editora da revista Cult, professora Edlaine Felix, Aline de Campos e a professora e orientadora Maria Lúcia da Silva

Arquivo pessoal

Onda branca, medo negro

Por Isabella Goulart* e Matheus Lopes**

Espaço Docente

Na dramaturgia hollywoodiana clássica, como explica David Bordwell (2005), o protagonista é o principal agente causal que move a trama. Ao mesmo tempo, Charles Ramírez-Berg (2002) observa que a lógica interna de uma típica história hollywoodiana é ilustrar o quanto este herói, quase sempre um homem branco, é superior, enquanto outros personagens são representados como inferiores de várias maneiras. Assim, fomos acostumados repetidamente a acompanhar heróis brancos protagonizando a ação na tela, convidados a nos identificar com eles

e a torcer por um desfecho vitorioso, simbolizado pela consecução de seus objetivos.

É, portanto, significativo o que jovens cineastas como Barry Jenkins e Jordan Peele estão fazendo ao pôr em cena o debate racial invertendo essa lógica interna. Filmes como *Moonlight* (2016), vencedor do Oscar de Melhor Filme 2017, e *Se a Rua Beale Falasse* (2018), ambos de Jenkins, *Corra* (2017), de Peele, e *Infiltrado na Klan* (2018), dirigido por Spike Lee e produzido por Peele, foram feitos dentro da indústria cinematográfica hegemônica e receberam atenção em

premiações que são representativas do sistema de pensamento da Hollywood contemporânea, como o Oscar. Porém, o Oscar de Melhor Filme 2019 dado a *Green Book* (Peter Farrelly, 2018), que propõe um discurso conciliador em relação ao conflito racial, e não, por exemplo, a *Infiltrado na Klan*, cuja narrativa autoconsciente e mais radical coloca o debate no caminho oposto, diz muito sobre as tensões e os limites que a indústria cultural, neste momento, coloca para as questões étnico-raciais. Ambos são baseados em histórias reais, mas mostram formas



Javier Robles, Pixabay

contrastantes de representar o negro no cinema, em um mesmo ano.

Em *Green Book* somos apresentados a uma atitude corriqueira em Hollywood: o negro como um coadjuvante que serve de alívio para a narrativa, cômico ou sentimental (demanda-se do espectador uma compaixão por esses personagens). Ao mesmo tempo em que Dr. Shirley (Mahershala Ali) é um homem independente, bem-sucedido e autossuficiente, ele é frágil e Tony Lip (Viggo Mortensen), o protagonista branco, precisa agir para salvar o coadjuvante negro. Embora haja aqui uma dimensão de realidade, pois estamos falando dos EUA dos anos 1960, é preciso compreender como a narrativa constrói o discurso do negro que precisa de um “branco salvador”. Não é a primeira vez que assistimos a isto e a repetição destes valores em tantos filmes que vimos ao longo da vida funciona para naturalizá-los.

Em *Infiltrado na Klan*, passado nos EUA dos anos 1970, Spike Lee nos apresenta o policial negro Ron (John David Washington), que tem um limite de ação na trama e, como complemento, o policial branco Flip (Adam Driver), que pode ir além. Mas aqui a dimensão do “branco salvador” que aparece em alguns momentos é uma provocação. Ela incomoda e nos obriga à reflexão, enquanto o filme de Farrelly nos tranquiliza com o otimismo de um final feliz para o racismo, quando o pai de família branco que suportou conviver com um negro para conseguir dinheiro, por fim, supera – de forma superficial – seu racismo hereditário. Para Spike Lee, a narrativa de ficção é uma arma complexa e ele nos faz entrar em conflito com nossas reações a partir do desconforto que provoca, alternando entre o drama e a comédia, ao mesmo tempo em que questiona qual é o lugar do riso e denuncia a própria condição de racismo do público.

Historicamente no cinema hollywoodiano o medo foi um sentimento dos brancos diante de corpos negros que deveriam ser controlados, mas há nestas produções recentes uma inversão do complexo representacional do medo branco (isto acontece também em *Atlanta*, série de Donald Glover, principalmente na segunda temporada). As ações de

Chris (Daniel Kaluuya) em *Corra*, Chiron (Alex Hibbert/Ashton Sanders/Trevante Rhodes) em *Moonlight*, Fonny (Stephan James) em *Se a Rua Beale Falasse* e Ron em *Infiltrado na Klan*, protagonistas tão diferentes entre si, pode em alguma medida ser sintetizada na tentativa de não sucumbir em uma sociedade que se imaginou como branca e inventou o negro como o problema a ser exterminado. Todos eles são protagonistas, objetos de identificação do público, agentes de causa e efeito na trama – e esta é uma diferença crucial com Dr. Shirley. Ao subverterem a lógica interna do herói branco superior, estes filmes também mostram uma compreensão de que não basta trocar os lugares, colocando personagens negros para protagonizar os mesmos modelos de histórias dos heróis brancos. Assim como Spike Lee, Jenkins e Peele têm consciência das bases em que estas narrativas foram construídas e de que, ao ressignificarem os corpos negros, os traumas e a violência do racismo institucionalizado entram em cena.

Há mais de um século, as imagens criadas pelo cinema ficcional hollywoodiano dominam o mercado brasileiro. A forma repetitiva a que fomos expostos à (falta de) representatividade do negro nestes filmes pode gerar reflexos e pré-conceitos na vida material cotidiana, inclusive na de jovens negros nas periferias dos centros urbanos. Edward Said (1990) chama atenção dos povos dominados para os perigos e tentações de empregar sobre si mesmos o imaginário construído pelas potências imperialistas. No Brasil, ainda estudamos pouco o continente africano, enquanto bebemos muito da fonte da Europa e dos EUA. A exemplo de Peele e Jenkins nos EUA, temos aqui muitos artistas negros que merecem atenção: Emicida, Baco Exú do Blues, Coruja BC1, Sant, Drik Barbosa, Rincon Sapiência, Glenda Nicácio, André Novais, Gabriel Martins, Viviane Pistache e o coletivo *Mídia Provisória* são alguns nomes de nossa produção cultural recente em disputa com as narrativas hegemônicas.



Arquivo Pessoal



Arquivo Pessoal

* Professora e Coordenadora Adjunta dos cursos de Rádio, TV e Vídeo, Tecnologia da Produção Audiovisual e Tecnologia em Produção Multimídia do Centro Universitário FIAMFAAM.

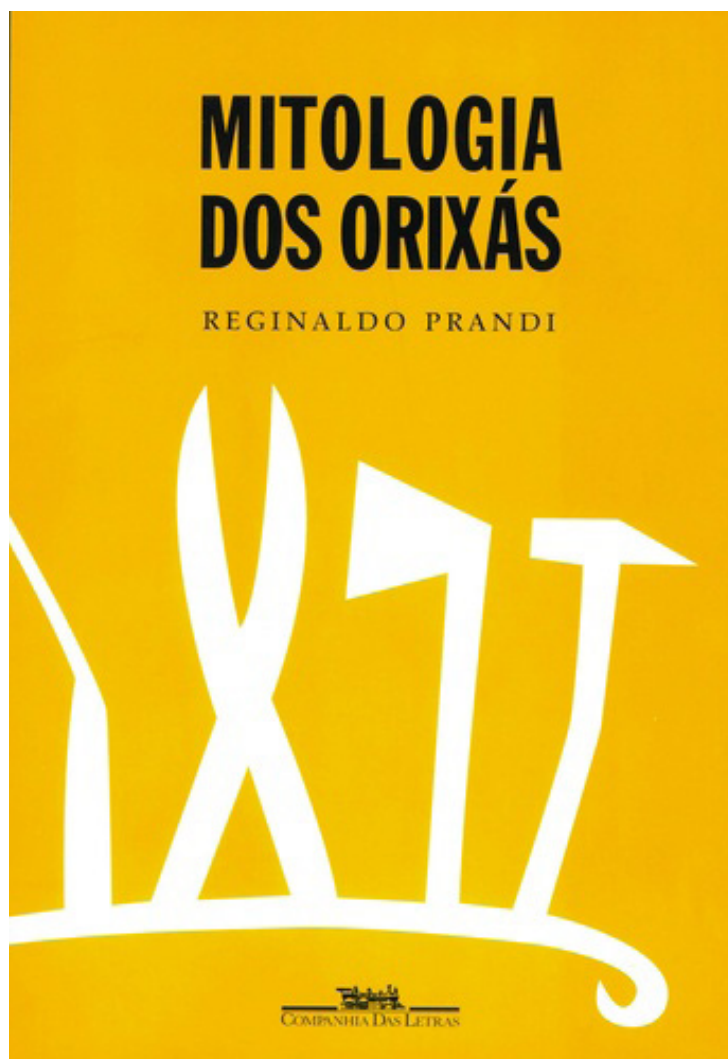
**Aluno do terceiro semestre da graduação em Rádio, TV e Vídeo.

Exu, Jaxy Jaterê e Benedito: uma proposta de educação antirracista e decolonial que passa pela literatura infantil

Por Valeria Peixoto de Alencar*

Oxalá deu para Exu as encruzilhadas, depois deste ter aprendido com Oxalá tudo sobre seu trabalho de fabricar os seres humanos. Exu ficou 16 anos aprendendo com Oxalá e passou a guardar a encruzilhada, recebendo os ebós, as oferendas, para Oxalá que não tinha tempo para isso. Todos que iam para a casa de Oxalá deveriam pagar também uma oferenda para Exu que ficou rico e poderoso e construiu sua casa na encruzilhada. E assim, apresento resumidamente a história de como Exu ganhou as encruzilhadas, o primeiro mito do livro de Reginaldo Prandi¹, que fala como Exu conquistou e cumpre até hoje seu papel de mensageiro.

Costumo contar esta história quando inicio as minhas aulas na disciplina Identidades e diversidades étnico-raciais para minhas turmas de Pedagogia. Esta história eu conto para falar do meu papel de mensageira como docente desta disciplina, uma vez que, embora não seja meu lugar de fala quando o assunto é o racismo em turmas tão diversas como as minhas, é meu papel de mensageira contar sobre as leis 10639/03 e 11645/08 que preconizam o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, provocar reflexões sobre o racismo estrutural e institucional brasileiro e também promover uma educação antirracista nas futuras(os) pedagogas(os). Importante ainda



Livro "Mitologia dos Orixás", Reginaldo Prandi

Arquivo pessoal

destacar aqui que o antirracismo é um tema que atravessa os estudos decoloniais e que uma educação antirracista está dentro da temática da educação decolonial que passa, por exemplo, pela representatividade, pela problematização da escolha quase sempre de autores brancos, europeus, estadunidenses ou ainda da região sudeste do Brasil como nossas referências teóricas. A decolonialidade opera na provocação e na problematização do pensamento colonizado presente na academia, e, por consequência, na educação básica.

Como o foco do curso de Pedagogia é a formação de profissionais que vão, em sua grande maioria, trabalhar com crianças, seja na educação infantil, seja nas séries iniciais do ensino fundamental, uma estratégia que adotei foi trabalhar com a literatura infantil. E, com a mesma preocupação que tenho com a bibliografia da disciplina ao usar texto de autoras/es indígenas e negras/os, também isso acontece com os livros infantis que levo para a sala de aula, e é sobre alguns deles que trata esse artigo.

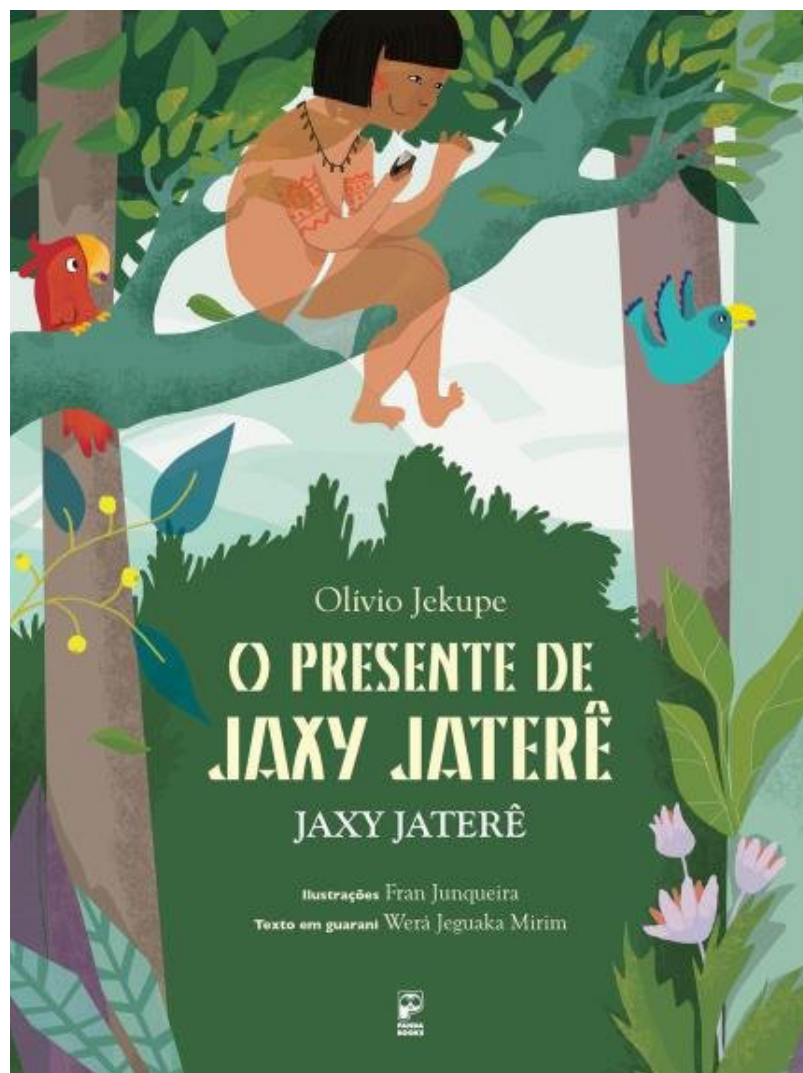
Como professora de História na educação básica e como educadora de museus sempre me encantei com a produção cultural não escrita, seja a cultura material, seja a tradição oral, daí foi um pulo para trabalhar a contação de histórias, especialmente de povos que possuíam na oralidade uma das principais formas de transmitir suas tradições, que é o caso dos povos indígenas, por exemplo. Minha incursão na literatura indígena começou com o professor e autor Daniel Munduruku. Daí eu não parei mais, muitos autores chegaram até mim e levo estas referências para a sala de aula. No caso do curso de Pedagogia a proposta é ir além das histórias infantis comumente conhecidas que partem de realidades europeias (irmãos Grimm, Christian Andersen...) e trazer histórias dos povos indígenas brasileiros, de preferência identificando o povo, porque, importante sempre lembrar, os povos indígenas brasileiros são diversos, falam línguas diferentes, possuem visões de mundo distintas. O livro que gostaria de destacar aqui é de Olívio Jekupe intitulado *O*

*presente de Jaxy Jaterê*². É a história de uma jovem guarani que resolve entrar na mata e enfrentar seus perigos à noite para fazer um pedido a Jaxy Jaterê, uma divindade guarani. Além de nos aventurarmos com a valente Kerexu, a história nos mostra algumas características de seu povo, alguns hábitos alimentares e costumes cotidianos. Importante destacar que o autor, Olívio Jekupe, é Guarani, escreve livros desde 1984 e que a obra citada é bilíngue português/guarani, traduzida por seu filho Werá Jeguaká Mirim. As ilustrações são de Fran Junqueira e aqui vai um destaque para a literatura infantil e o quanto é importante o (a) professor (a) valorizá-las.

Outra publicação de que lanço mão, muitas vezes, é *Mitos Indígenas* da autora e antropóloga Betty Mindlin

com narradores indígenas³. O livro é uma coletânea de 28 mitos de dez povos diferentes de Rondônia e Mato Grosso divididas em formas de explicar o mundo: cosmos, começos e fins, metamorfoses, mães, gravidez e espanto, aventuras proibidas e a morte. As histórias foram gravadas em várias línguas indígenas e traduzidas pelos que falavam o português e Mindlin passou para o papel. Os mitos nos apresentam visões de mundo diversas e cada história é identificada pelo povo que a contou: Ajuru, Gavião-Ikolen, Jabuti, Suruí-Paiter, entre outros.

Quando a temática de minhas aulas é a questão africana e afro-brasileira a variedade de boas publicações é maior e minha preocupação continua: a da representatividade e



Livro "O presente de Jaxy Jaterê", Olívio Jekupe

a proposta antirracista e decolonial a partir da literatura infantil. Assim, queria destacar aqui três livros que considero preciosidades com as quais travei contato nos últimos meses.

O primeiro deles é de autoria da educadora e ativista norte-americana Bell Hooks, intitulado *Meu crespo é de rainha*¹. Com belíssimas ilustrações de Chris Raschka, o livro é uma conversa afetuosa e estimulante, que trata da construção da identidade negra a partir dos cabelos. O eu lírico da autora é de uma criança que autoafirma sua identidade e convida a leitora ao processo de construção de sua identidade negra também. Sim, convida a leitora. Ele pode ser lido por meninos, mas é claramente voltado às meninas que sofrem diretamente com a indústria cultural que valoriza um ideal de beleza branca, além disso, o livro fornece ferramentas para inverter o processo histórico de invisibilidade. Não à toa foi lançado no dia 8 de março de 2018.

E, *Chapeuzinho Vermelho* que, dentre outras delícias, leva em sua cesta para a vovó: mingau de tapioca, beiju e cuscuz. Claro que o lobo mau vai tentar roubar sua cesta, mas a vovó é protegida por Nanã e Chapeuzinho por Iansã menina (por isso sua capa é vermelha). Estranho? Esta é uma das famosas histórias de contos de fadas que a autora e professora Maria Izabel Nascimento Muller transmutou para a realidade afro-baiana². Com ilustrações de Marimbela temos uma Rapunzel Rastafari e uma Branca de Neve na Chapada Diamantina, João e Maria perdidos nas ruas da Bahia e Alice está nos becos e ladeiras de Salvador, estas são algumas das histórias que com muita imaginação apresentam características da cultura afro-brasileira a partir de personagens inusitados. O livro, infelizmente, não é encontrado em livrarias, mas a autora é facilmente localizada nas redes sociais e é possível comprar diretamente com ela.

Gostaria de encerrar esta pequena lista de possibilidades para uma educação antirracista com um dos livros mais lindos que já li, *Benedito*, de Josias Marinho³. Um livro sem palavras, as imagens narram a história de Benedito em seu processo

de construção identitária étnica e de gênero. Josias Marinho é desenhista de Rondônia e isto importa, pois dentro de uma perspectiva decolonial em que podemos inserir a educação antirracista, a representatividade se dá também quando adotamos para nossas aulas autoras/es não brancos, europeus e estadunidenses e sudestinos (curioso como ao escrever esta palavra o word não a reconhece, ao passo que nordestinos é normal, isso mostra a importância do processo decolonial pelo qual estamos lutando).

Há dois anos atrás eu comentei com uma amiga negra e ativista: “estou numa fase de ler apenas autoras mulheres”, ao que ela me respondeu: “e quantas mulheres negras você já leu?”. Sua pergunta mexeu comigo de forma tão profunda que comecei uma pesquisa e fui atrás de romancistas mulheres negras. Mas esta lista fica para uma próxima. Refaço e amplio a pergunta de minha amiga a você que está lendo esta matéria, que espero, o (a) tenha provocado (a) você no sentido de uma educação e ação antirracista e decolonial: quantas autoras negras, transexuais, mulheres, autores negros e latino/a americanos/as você já leu?

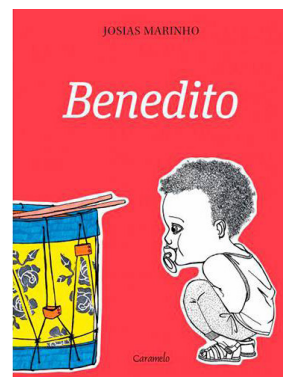


Arquivo pessoal

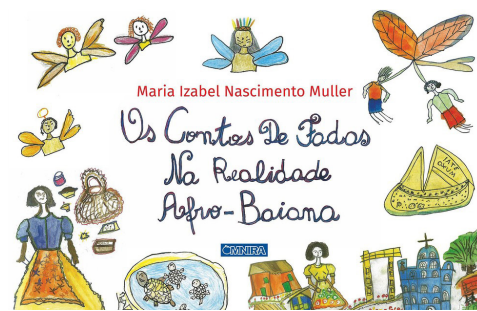
- * Doutora em Artes pelo Instituto de Artes/Unesp, Bacharel e Licenciada em História pela USP e professora nos cursos de Pedagogia e História da FMU.
 1 - PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
 2 - JEKUPE, Olívio. *O presente de Jaxy Jaterê*. São Paulo: Panda books, 2017.
 3 - MINDLIN, Betty e narradores indígenas. *Mitos indígenas*. São Paulo, Ática, 2006.
 4 - HOOKS, Bell. *Meu crespo é de rainha*. São Paulo: Boitatá, 2018.
 5 - MULLER, Maria Izabel Nascimento. *Os contos de fadas na realidade afro-baiana*. Salvador, BA: Ômnira, 2017.
 6 - MARINHO, Josias. *Benedito*. São Paulo: Saraiva, 2014



1 - Livro "Meu Crespo é de Rainha", Bell Hooks



2 - Livro "Benedito", Josias Marinho



3 - Livro "Os Contos de Fadas Na Realidade Afro-Baiana", Maria Izabel Nascimento Muller

Imagens 1 à 3: Valeria Peixoto de Alencar



NA FAUNA PUBLICITÁRIA, SÓ O FLAMINGO SE DESTACA.



FLAMINGO DE OURO

PREMIAÇÃO DE TCCs
DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

O Flamingo de Ouro é o prêmio para os melhores trabalhos de conclusão de curso de Publicidade e Propaganda do FMU/FIAM-FAAM Centro Universitário. Os trabalhos são avaliados nas categorias Planejamento, Campanha Promocional, Criação, Audiovisual, Mídia e Apresentação.

13 DE DEZEMBRO DE 2019

19H

AUDITÓRIO NELSON CARNEIRO

AV. LIBERDADE, 899



Mulheres na luta pelo direito ao protagonismo

Por Ana Luiza Antunes e Felipe Aranda*
Edição: Carla Tôzo



NERA

Da esquerda para direita na mesa "Luta das mulheres indígenas": Maria Lúcia, Nayara Antunes, Mahu Lime e Priscila Tapajowara

Buscando visibilizar a autonomia feminina e seu protagonismo na sociedade vários projetos começam a ser desenvolvidos para levar a toda comunidade debates importantes sobre esses desafios. O NERA e o NUGE são exemplos dessas iniciativas que criam propostas no intuito de trazer à comunidade acadêmica do Centro Universitário FMU|FIAMFAAM diálogos saudáveis sobre esses e outros assuntos.

“Trazer o debate da questão do corpo da mulher negra ou da mulher no Brasil é uma questão essencial, até porque com ela nós vamos ter outras intersecções, como a questão do aborto, a questão da violência, a questão do uso do corpo na publicidade, a falta de respeito ao nosso corpo nos espaços sociais. É importante que a gente tenha essa experiência, esse debate e

essa vivência, e troque informações de como a gente pode se comportar nesse contexto”, afirma Maria Lúcia da Silva, jornalista e fundadora do Núcleo de Estudos Étnico-Raciais.

Nadini Lopes, jornalista e coordenadora do Núcleo de Estudos de Gêneros e Sexualidade, diz que o NUGE acaba proporcionando uma conversa mais aberta. “A ideia de criar o NUGE surgiu pela necessidade de debater questões referentes à orientação sexual e gênero, haja vista que temos milhares de alunos e alunas que se enquadram em outras categorias que não são as mais usuais e que não são abordadas por programas e debates dentro da universidade. A proposta principal é que a gente possa auxiliar na formação dos alunos e para que possam ter empatia caso não se sintam representados por essas

particularidades. O saldo só é positivo e nós só temos essa possibilidade a partir do momento que a gente conecta os alunos da universidade com uma forma genuína de comunicação para deixar essas pessoas a vontade de ser quem elas são”.

No mês de março (manhã e noite dos dias 8 e 11) os Núcleos, em parceria com o curso de Serviço Social, promoveram quatro eventos com o tema geral *Corpo, Saúde e Sexualidade*. Na manhã do dia 8 o debate foi sobre o “Direito ao Corpo: novas formas de nascer”, que recebeu a Obstetra Ana Thais Vargas, a Doula Janie Paula e a Gerente americana da empresa Pantys, Emily Ewell. No dia 11 a mesa *Fortalecer para enfrentar o feminicídio* trouxe Mofane Odara, coordenadora da área de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do

Instituto Avon, Maricléia Soares, Representante do Conselho Nacional de Serviço Social e Larissa Gonçalves Ribeiro, Representante do *Centro Acadêmico Carolina Maria de Jesus*. Todas as mesas tiveram o intuito de trazer à tona a opressão feminina no dia a dia.

A inferiorização do corpo é uma questão permanente na sociedade, sendo que o Estado possui uma forte resistência em enxergar o corpo como propriedade da mulher e uma dificuldade em percebê-lo como individual. “A mulher é negada em vários níveis diferentes. Ela não pode nem se tocar, nem se conhecer porque não é permitido. Esse limite não é claro, não é óbvio, não é explicado por ninguém, não tem nenhum acesso a conversa com ninguém. A mulher é julgada, reprimida”, destaca a obstetra Ana Thais.

A liberdade que a mulher possui na sociedade é limitada ao politicamente correto de suas atitudes e aquela que “ultrapassa” as regras do Estado sobre suas ações está sujeita a diminuição social e julgamentos gratuitos. “O sistema brasileiro é machista, patriarcal e capitalista que só faz que a mulher seja cada vez mais silenciada, violentada, oprimida e objetificada”, afirma a Doula Janie Paula, que durante a conversa, apontou o fato da liberdade feminina ser feita através de atos escondidos. “A relação dela é completamente cheia de intervenções entre ela e o próprio uso do corpo dela. Isso tira a liberdade”, reforça.

A relação do aborto entre a mulher e a sociedade é muito complicada quando existe uma atitude arraigada no Estado de pensamentos tradicionais conservadores de Instituições que ainda acreditam ter o poder de decidir sobre o corpo e as decisões da mulher. Ana Thais expõe a dificuldade de fazer relações sobre liberdade e seu direito. “Não tem como falar de parto e não falar de aborto, de direito reprodutivo. Não é uma coisa ou a outra. Estamos falando do direito ao corpo da mulher. Pra você ver como é difícil a compreensão do pleno direito em cima do próprio corpo e as pessoas não conseguem entender a ligação entre liberdade sexual, reprodutiva e parto. A incapacidade de as pessoas entenderem essa ligação já mostra o quão bloqueado é esse mundo”, esclarece a obstetra.



Da esquerda para direita na mesa “Direito ao Corpo: novas formas de nascer”: Emily Ewell, Janie Paula, Nadini Lopes e Ana Thais Vargas



Da esquerda para direita na mesa “Fortalecer para enfrentar o feminicídio”: Maricléia Soares, Carla Tôzo, Nadini Lopes e Larissa Gonçalves Ribeiro

Moeda de troca

A sociedade brasileira está arraigada em raízes históricas constrangedoras no que diz respeito à violência estrutural que permeia os direitos das mulheres, principalmente das mulheres negras, exploradas e desrespeitadas desde o Brasil colonial e que carregam heranças misóginas de seus senhores. “A gente é usada como moeda de troca, como negócio. É objetificação do corpo, não tem real direito”, norteia Ana Thais.

O corpo da mulher negra possui uma história que está alinhada ao desenvolvimento sociocultural brasileiro. Obras como *Casa Grande e Senzala* e sua teoria da democracia racial só demonstra as heranças mal resolvidas que a contemporaneidade tem ao tratar do corpo e do direito negro. O “uso” do corpo negro

hoje está diretamente associado às trajetórias escravocratas da colonização, erroneamente perpetuado no século XXI e é usado como desculpa durante um assédio e qualquer invasão quanto ao corpo. “Tem em cima da mulher negra o estigma de que ela aguenta mais, quem ela não sente dor igual às outras mulheres. A violência da mulher é tão profunda que, falando em uma escala, a mulher negra está lá embaixo. Além de mulher, ela ainda é negra, entende?”, prossegue Ana Thais. A mulher negra diante do seu direito ao corpo tem que lidar com a cultura em que está inserida e aceitar fatos que deveriam ser desmistificados há muito tempo.

Dentro do feminicídio, a mulher negra também passa por caminhos que a levam ser muito mais atacadas. “Nós somos uma sociedade dividida em classes. Na mulher negra e

periférica, a violência é muito maior do que na mulher branca na classe alta. É só pegar os dados estatísticos e comprovar, porque o feminicídio já é o ato final disso, já é uma concretização”, afirma Maricléia Soares, representante do Conselho Nacional de Serviço Social.

Procurar soluções para essas questões, diante de um Estado que possui um sistema repleto de empecilhos para a mulher, parece um grande desafio. Maricléia pontua a união como peça-chave para promover igualdade. “Com informação, se organizando, eu acho importantíssimos estarmos organizados nos grupos de mulheres, nos movimentos de mulheres para fazer com que o Estado neste momento banque algumas políticas para as mulheres, para enfrentar essa violência”.

Resistir e jamais desistir

Quando se trata de feminicídio, as raízes históricas se fundem ainda mais, e para Larissa Ribeiro, representante do Centro Acadêmico, compreender esse momento é fundamental para entender as raízes do feminicídio também. “Quando a gente pensa

sobre as nossas raízes históricas, a gente desnaturaliza os processos de violência.”. Além de ter a possibilidade de realizar mudanças com tais perspectivas. “Quando a gente retoma a perspectiva histórica, a gente é capaz de pensar que é possível transformar as estruturas e com isso transformar o padrão de violência”.

Os entraves criados por um pensamento misógino, só prejudicam o desenvolvimento pleno de ser mulher. A violência se perpetua constantemente em vários níveis que distorcem a busca por igualdade. O tema feminicídio abordado no mês de Março pelos Núcleos, desenvolveu um debate para desmistificar muitas ideias arraigadas sobre o gênero feminino e sobre os dados divulgados pelo Brasil. “Quando a gente fala de feminicídio também é importante que quando um crime é nominado como feminicídio, ele ajuda a gente a perceber onde é que a gente está falhando como Estado”, afirma Mofokane Odara, coordenadora da área de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Instituto Avon. “Quando uma mulher morre por feminicídio, ela está morrendo porque ela não conseguiu ser protegida pelas medidas protetivas que foram deferidas”.

Feminismos e o feminismo indígena

Na noite do dia 8, a mesa *Luta das mulheres indígenas* contou com a presença da artista Mahu Lima, da cineasta Priscila Tapajowara e da jornalista Nayara Antunes.

Nayara Antunes, formada pela FIAM, observou que no movimento feminista que é conhecido pela sociedade, o que sai nas mídias vez ou outra, não representa todas as mulheres. O movimento que predomina mundialmente é o que, novamente, embora lute pelos direitos das mulheres, não luta pelas particularidades das minorias. Um desses grupos é o das mulheres indígenas. Tema esse, escolhido pela profissional para ser desconstruído em seu trabalho de conclusão de curso intitulado *Resistir para Existir*. “Quando eu decidi abordar a luta das mulheres indígenas e associar ao movimento feminista, eu percebi, ao pesquisar o feminismo mundial, que havia grupos de mulheres excluídas do debate. Pouco se falava das mulheres negras, mas hoje a pauta



está em alta. As mulheres indígenas, trans e lésbicas quase não apareciam nos resultados.”

O movimento feminista mundial não exclui os grupos menores por questões de desigualdade, mas sim pela falta de conhecimento. Nayara percebeu que muitas das causas defendidas se correlacionam. Ocorre que um lado possui uma visão estereotipada dos indígenas, de sua cultura, costumes e, o outro, um entendimento também distorcido do movimento diante da forma como as comunidades indígenas recebem as informações sobre o mundo, dentro do contexto limitado em que vivem.

A particularidade no caso do feminismo indígena é que o movimento carrega outras lutas além da luta das mulheres. O povo indígena não tem vez na democracia brasileira, não está representado no poder público e é enxergado por poucos órgãos como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que tenta fortalecer as linhas de ataque e defesa do povo indígena. Praticamente todo o peso das mínimas conquistas que esse povo possui é resultado do trabalho deles próprios. Portanto, a frente do feminismo acaba assumindo todos esses papéis quando tem visibilidade. Nayara diz que quando as mulheres indígenas têm essa oportunidade “elas trazem (para as manifestações) todas as pautas, a questão da saúde indígena, a questão da educação indígena e a questão da moradia indígena”.

Priscila Tapajowara, 25, cineasta e formada em Produção Audiovisual pela FAPCOM em São Paulo, é indígena da etnia Tapajós e é uma das protagonistas no livro. Ela explica que as mulheres indígenas veem o feminismo não indígena ter, como uma de suas bases, uma aversão aos homens, e destaca que o feminismo indígena também se diferencia nesse quesito, pois o homem na aldeia possui papéis respeitados, como a preparação do campo para roça, a caça, entre outros. Elas usam o termo “feminismo comunitário” para descrever sua luta, já que abriga um leque, incluindo assuntos que interessam também aos homens, como a defesa das terras.

Em sua percepção, Priscila não vê o feminismo não indígena como algo extremista, mas explica que esse sentimento é forte dentro da comunidade indígena e acredita

que está ligado a como esse tema se distorce até chegar lá. “Eu não vejo a militância da mulher não indígena ser mais que o homem, eu vejo igualdade, só que na comunidade, muitas das mulheres não saem para estudar pois casam cedo, têm filhos cedo e o que chega para elas é através de Facebook e televisão, e a gente sabe que esses meios distorcem as coisas.”

Cultura distorcida e imposição ideológica

Mahu Lima, 29, da etnia Pataxó, é mãe e desenvolve diversos trabalhos em movimentos sociais como nos coletivos *Anarco Punk Aurora Negra e Afro, Indígena e Anarca Feminista Marãna*. Para ela, aprendemos nas escolas que a pessoa indígena tem pele clara, o nariz fino e muitas vezes o cabelo liso. Em confronto a isso, Mahu demonstra que na zona sul de São Paulo está localizada a aldeia Pankararu e nela todos têm o cabelo do “nó mais fechado” e o nariz largo. Na televisão ou teatro não há representatividade. Mahu assimila que da mesma forma que fazem com os negros, ao protagonizar sua história com atores brancos pintados, fazem com o indígena. “Colocaram uma outra coisa que a gente não é. Quando vocês forem pensar em uma pessoa indígena, pensem fora desses estereótipos. Não é só imaginário, é uma imposição na história pelo Estado e pelo capital sobre quem nós somos”.

Antes de se reunir às demais colegas de mesa, estava na manifestação feminista do 08 de março na Avenida Paulista. Lá presenciou uma feminista branca comentar que desconhecia o fato de uma indígena estar ali e gentilmente respondeu à moça: “Então é justamente isso que acontece. Se não estivermos aqui, pessoas brancas acabam impondo o que os indígenas devem ou não fazer”. Situações semelhantes aconteceram com Priscila durante seu período na universidade. Sofreu preconceito por ser indígena e frequentemente era questionada sobre a forma como ela fazia para conversar com sua mãe que estava lá na comunidade, já que para os estudantes urbanos, os indígenas são povos isolados de qualquer aparato tecnológico como o telefone. Eles também se espantavam

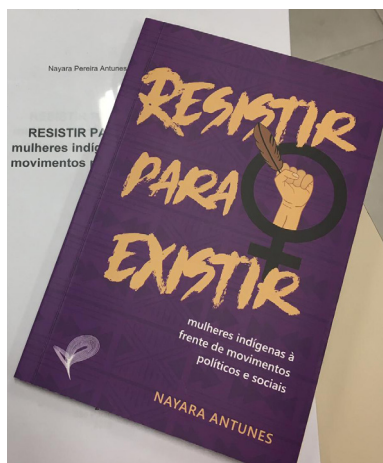
por ela saber falar português. “Eu tinha que explicar que por causa da catequização, a gente perdeu a nossa língua e que hoje fazemos o resgate disso e continuava explicando para ir quebrando esses estereótipos que as pessoas têm.”

Mahu é nascida em São Paulo. Sua avó, ainda grávida de sua mãe, saiu da Bahia em um momento de alta migração para as cidades que centralizavam o poder econômico do país. Sua mãe nasceu no Paraná e posteriormente, se mudou para a capital paulista. A ativista resgatou sua história, reconheceu a sua etnia e permaneceu morando na cidade grande. Há uma outra separação, um preconceito que rodeia o meio indígena e o meio urbano, que é menosprezar o indígena que não nasceu em aldeia.

De um lado, para o Estado, o indígena urbano não se classifica como indígena em muitos dos estudos que faz, principalmente quando tenta se apropriar de terras de sua comunidade. Do outro lado, para os indígenas de comunidade, os parentes urbanos muitas vezes são desconsiderados por eles por não saberem sua etnia, sua língua e principalmente, por não terem nascido em suas terras. Mahu explica que a dificuldade enquanto indígena urbana é mobilizar as pessoas para que façam esse resgate histórico, reconheçam suas origens e passem a lutar pelas causas dos seus parentes. “Quantas propriedades nós tiraríamos do Estado e da iniciativa privada se reconhecêssemos o que somos. Nossa dificuldade é essa enquanto indígena urbano. Tentar fazer com que corram atrás de suas histórias para reconhecer quem são e fortalecer a luta indígena.”

Apropriação cultural e o poder público desumano

Vários elementos como idioma, comida, vestimenta, arte, música, crença e medicina formam uma cultura. Porém, dentro desses elementos há versões que são específicas de uma determinada cultura. Apropriação cultural é o termo que descreve a ação de incorporar essas versões específicas de uma cultura por um grupo que não faz parte dela. Ela acontece cotidianamente e passa despercebida. O turbante, por exemplo, é considerado um símbolo religioso



Livro reportagem Resistir para Existir

em várias culturas, principalmente nas religiões de matriz africana, carregando consigo a batalha dos escravos negros. O *dread* também é característico da cultura africana e surgiu no período da escravidão. Nas longas travessias entre continentes, os escravos não tinham acesso a cuidados básicos e com isso seus cabelos cresciam e se entrelaçavam. Em época de festas como o Carnaval, pessoas se fantasiavam de índios e, além da vestimenta, usam o cocar que é um adorno sagrado na cultura indígena usado em ocasiões especiais, conquistado por merecimento por aquele que faz seu uso.

“Aqui na cidade as pessoas banalizaram coisas nossas que são sagradas. Os adornos e as pinturas são coisas que nem todos podem usar e muito menos a qualquer momento”, desabafa Priscila. Há também a banalização de plantas como a Ayahuasca que permite o contato máximo dos indígenas com Deus, e o Rapé utilizado como uma droga em pó dentro de baladas, quando na verdade possui propriedades medicinais e é utilizado em rituais.

Para a professora e coordenadora do Núcleo de Estudos Étnico-Raciais (NERA) do FIAMFAAM, Maria Lúcia, a apropriação cultural é algo difícil dos brasileiros entenderem, pois, a mídia transforma esses costumes em produtos capitalistas que enfraquecem as etnias, e as pessoas “acabam levando coisas para casa e depois não sabem por que certas coisas acontecem. Elas não entendem e acham que tudo elas podem consumir, fazer, mudar, recriar e não é assim”.

Uma outra apropriação praticada no Brasil é a apropriação de terras por parte do poder público. As terras indígenas são ricas em recursos naturais e extremamente preservadas pela sua população. Esse cenário desperta o interesse, por exemplo, de ruralistas, que nelas enxergam uma boa oportunidade de negócio. O poder público que é tendencialmente capitalista, apoia esses investidores e assim, inicia-se uma guerra, literalmente, entre a população indígena que precisa de suas terras para sobreviver e sustentar as próximas gerações e os investidores nacionais e internacionais com interesses econômicos. É muito comum esse tipo de guerra acabar no extermínio dos povos indígenas que muitas vezes se tornam invisíveis em estudos de campo realizados por órgãos do governo.

A incerteza sobre um teto fixo é grande. Projetos como hidrelétricas, hidrovias, ferrovias, rodovias, explorações de madeira e campos agrícolas são discutidos a todo momento pelo poder público, e os indígenas sabem que se esses planos forem efetivados, o resultado será a devastação de suas terras. Priscila e Mahu nunca sentiram apoio de nenhum governo e confessam estar preocupadas com o atual que é favorável à entrega das terras para a produção industrial. O Governo autoriza essa prática respaldando-se no discurso de que é algo sustentável e útil para as terras e povos indígenas, porém, esse discurso é fortemente rebatido. Mahu comenta que diante de tudo o que já foi feito, povos indígenas da cidade grande, como os seus parentes que vivem em uma ocupação na zona oeste de São Paulo, não possuem água encanada e a energia elétrica oferecida é escassa.

Nenhum direito a menos!

Esse foi o tema do encontro da noite de 11 de março que ocorreu no Auditório da Casa Metropolitana de Direito. Estavam presentes na mesa a professora e coordenadora do curso de Serviço Social Marcia Guerra, a aluna Silvana Ventura do curso de Serviço Social da FMU e voluntária do *Centro Acadêmico Carolina Maria de Jesus*, a aluna Conceição Machado que é membro do *Centro Acadêmico*

Carolina Maria de Jesus e a professora do curso de Serviço Social Mauricleia Santos.

Para Marcia que é uma das articuladoras do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do estado de São Paulo, hoje, vivemos em uma sociedade que é administrada pelo Projeto Conservador. Este projeto é fortemente fundado no machismo, fortalecendo o patriarcado. Ela também diz que não há apenas um projeto controlador, mas outros que competem entre si como o Projeto Neoliberal e o Democrático Participativo.

O Projeto Neoliberal é um braço do conservadorismo e promove a privatização da coisa pública, a remoção da responsabilidade do Estado sobre as políticas sociais e a entrada do terceiro setor tentando fazer o papel do Estado. “É um sistema avassalador que estoura os direitos humanos”, reforça Marcia.

No caso das mulheres, esse sistema é uma ameaça, pois pode levar à remoção de direitos estabelecidos como o diagnóstico do câncer de mama pelos hospitais públicos e o enfraquecimento da Lei Maria da Penha, ainda mais quando, o pensamento absurdo que a mulher é inferior nos âmbitos cultural, político, econômico e ideológico está instaurado nas crenças da Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves. Em uma declaração durante a assinatura de um acordo entre o seu Ministério e o Ministério da Justiça e Segurança Pública comandado por Sérgio Moro, para combater a violência doméstica, a ministra debochou da luta pela igualdade de gêneros e disse que “já que a menina é igual (ao menino), ela aguenta apanhar”.

O *Projeto Democrático Participativo* vai contra esses princípios e busca resgatar o ser humano como prioridade na sociedade, ou seja, valorizar o indivíduo sem a exclusão por gênero, sexualidade, classe, raça ou cor. A bandeira principal é ser contrário à criminalização de projetos e conquistas sociais, representando a união desses movimentos em uma frente que favorece a todos. “Ele vai de encontro a tudo o que está estabelecido e não está associado nem ao socialismo e nem ao comunismo. É um projeto viável para que a gente



NERA

Nenhum direito a menos" foi o assunto de uma das mesas do evento que teve como tema central "Corpo, Saúde e Sexualidade"

possa construir outras forças sociais", explica Marcia.

Assim como ocorre com os povos indígenas que sofrem com a sua história sendo erroneamente ensinada nas escolas, Silvana Ventura também critica a educação brasileira sobre a ausência da história das mulheres negras nos livros didáticos e planos de ensino. "Ninguém me falou sobre essas pensadoras. A história das mulheres negras sempre é narrada por outras pessoas e eu acho que faz toda a diferença quando mulheres negras falam sobre sua história". Para explicar a posição da mulher negra na sociedade, Silvana cita a Pirâmide Social, "onde vem o homem branco, o homem negro, a mulher branca e depois a mulher negra, vista como o outro do outro".

Ela ainda analisa que já se contabiliza um grande número de vítimas de feminicídio nos primeiros meses de 2019, com a maioria delas sendo negras. Em um levantamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ao menos 126 mulheres foram mortas no Brasil até fevereiro, além de 67 casos de tentativas de feminicídio.

"Se a primeira mulher que Deus criou foi suficientemente forte para, sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, então todas as mulheres, juntas, conseguirão mudar a situação e pôr novamente o mundo de cabeça para cima! E agora elas estão pedindo para fazer isto. É melhor que os homens não se metam." - Trecho do discurso *E eu não sou mulher?* da abolicionista negra e ativista dos direitos da mulher Sojourner Truth na Convenção dos Direitos da Mulher de 1851 na cidade de Akron do estado de Ohio nos EUA. O discurso completo foi lido por Silvana para todos os presentes no auditório no encerramento dos debates.

* Alunos do 6º semestre do curso de Jornalismo e monitores da AICom (Agência Integrada de Comunicação).

V FESTIVAL AUDIOVISUAL

O V Festival Audiovisual FIAM-FAAM 2019 traz ao público da cidade de São Paulo produções audiovisuais universitárias finalizadas entre 2018 e 2019. A quinta edição acontecerá no dia 07 de dezembro de 2019, no auditório do campus Ana Rosa, que fica na Rua Vergueiro, 2009, na cidade de São Paulo. Entre 12h e 16h serão exibidos os filmes finalistas em todas as categorias e alguns selecionados especialmente para o evento. A distribuição dos prêmios e anúncio dos vencedores será às 16h. Prestígio!

07 DE DEZEMBRO DE 2019

CAMPUS ANA ROSA (RUA VERGUEIRO, 2009)

DAS 12 ÀS 16H



Uma vida dedicada a defender o direito das religiões afro-brasileiras

Intelectual, bem articulado e brincalhão. Assim é Hédio Silva Jr., ativista de Direitos Humanos e coordenador do IDAFRO

Andreza Oliveira*

Com um currículo extenso e bastante reconhecido pela sua atuação em favor da igualdade racial e em defesa das religiões de matriz africanas, o advogado Hédio Silva Jr é mestre e doutor em direito pela PUC-SP, ex secretário da justiça, professor universitário, ativista de Direitos Humanos e coordenador da IDAFRO, Instituto de Defesa dos Direitos das Religiões Afro-brasileiras.

Ele nasceu no sul de Minas Gerais, em Três Corações, que também é a terra do Pelé, Aleijadinho e Carlos Drummond de Andrade; foi lá que o advogado passou a infância numa família formada por pai negro e mãe, aparentemente branca, como define: “Eu tenho dois irmãos, sou filho de um casal bi racial, com mãe aparentemente branca. Uma família tipicamente brasileira, principalmente do ponto de vista religioso, que frequentava a missa todos os domingos e uma macumbinha básica todas as quartas e sextas feiras” (risos). O advogado relembra o seu primeiro contato com o racismo, ainda na infância, e fala sobre o dia que viu sua mãe chorar por causa da desconfiança das pessoas, que não acreditavam

que ele e seu irmão, eram filhos dela, por serem negros: “E isso machucava muito, essa dúvida que as pessoas tinham por ela ser branca”.

Devido a essas situações de preconceito, a mãe do advogado, mesmo não sendo uma mulher branca, tinha uma consciência mais apurada sobre o que era o racismo e sempre conversava com os filhos, a fim de prepará-los para o mundo. O professor de direito comenta que era ela quem falava mais sobre o assunto em casa, e da importância dela, e de seu pai, na formação da sua autoestima: “Talvez, em função disso, minha mãe tenha criado uma consciência mais aguda sobre o racismo do que o meu pai. Ela falava mais sobre isso do que o meu pai. Ele dizia que a gente tinha que estudar, disputar os mesmos espaços que os brancos, mas a minha mãe era quem falava mais sobre racismo”.

Falando sobre a carreira, Hédio destaca a importância da figura de seu avô na escolha de sua profissão. Com um olhar saudosista, ele relembra dele como um homem de pouco estudo, mas muito inteligente, e que foi uma das figuras mais importantes da sua infância. Ainda criança, seu avô frequentava duas vezes por ano



Arquivo pessoal

o tribunal do júri de Três Corações, e estava sempre muito disposto em contar para os seus netos sobre o desenvolvimento das audiências e a função dos profissionais que estavam ali: “Meu avô era um preto analfabeto muito culto e sábio, e que frequentava duas vezes por ano o tribunal do júri”. A cidade natal do advogado não era um lugar com muitos homicídios, então tinham pouquíssimos tribunais de júri. Normalmente tinham dois por ano e o seu avô sempre era convocado como jurado.

O professor de direito conta que, junto com seus irmãos, seu avô contava tudo para eles. Ele acredita que veio daí a sua paixão pelo direito, pelo fato



Claudio Lira

Jornalista Claudia Alexandre e Dr. Hédio no programa *A Voz das Religiões Afro* na Record News

do seu avô ser a figura mais influente da sua infância. Hoje, além doutor em advocacia, professor e coordenador, Hédio também é advogado dos consulados de Angola em São Paulo e Rio de Janeiro e assessor científico da FAPESP e participou de várias produções bibliográficas, e tem grande reconhecimento pela sua atuação em favor dos negros e em defesa das religiões afro-brasileiras. Mesmo com o incentivo familiar relata que demorou um pouco para escolher a sua profissão. Primeiro, iniciou a graduação em outra universidade privada, e depois, migrou para a PUC-SP, onde fez mestrado e doutorado. “Na graduação eu não enfrentei maiores dificuldades. Na pós, sim. Eu queria trabalhar o tema da discriminação racial no tribunal do júri e o meu orientador desistiu e apresentou

muita resistência para trabalhar esse tema comigo”.

Descontraído diz que “advogados falam demais, pois se empolgam com a própria performance” (risos). E revela que também já foi apresentador de TV, na antiga *TV da Gente* criada pelo cantor Netinho de Paula: “E ele me convidou para tocar um programa, *TV Justiça*. O meu programa chamava *Questão de Direito*, era o programa mais visto da grade. A *TV da Gente* foi à falência, não sei se o meu programa contribuiu” (risos).

Na época, Hédio era secretário de justiça, e pediu para que um amigo fizesse uma pesquisa quantitativa, pois estava curioso para saber o porquê que o seu programa impactava tantas pessoas, mais especificamente, a população negra. Ele falou sobre uma senhora, que compareceu a uma

dessas pesquisas, aquelas que reúnem pessoas aleatoriamente, que assistiam o canal, para obter um feedback sobre o programa, e ela respondeu: “Eu estava zapeando e vi um negão, que achei muito simpático. Ai eu pensei, não é um pastor, nem um delegado de justiça, então eu acho que me interessa essa conversa”. (risos).

Para o advogado, ser negro, ser um corpo negro no mundo é ser um sobrevivente. No sentido de conspirar contra as condições que a maioria do povo negro nasce e vive. É subverter o destino e enfrentar as dificuldades com altivez e dignidade. Ele prossegue ao falar da importância de ver mais negros ocupando espaços de poder: “Muitas pessoas morreram, muitas pessoas foram encarceradas e humilhadas para que a gente hoje começasse a ocupar algum espaço. Então nós somos o elo de uma corrente histórica que reivindica espaço e respeito”. E que, embora a intervenção individual seja importante, a atuação coletiva sem dúvida nenhuma é fundamental.

“Nós precisamos que essa legião de jovens que hoje ingressam nas universidades que ocupem esses espaços, espaços de poder, espaços no sistema penal e na administração da justiça. E que possam promover o debate internamente”

Sobre a necessidade de existir mais negros ocupando espaços de poder, o doutor fala sobre a inserção de mais negros nas universidades, através das cotas raciais: “Cotas raciais é um remédio amargo. Eu nunca ouvi ninguém dizer que ama cota racial. Cotas é um remédio amargo para um problema grave, você não trata um problema grave com remédio doce”, diz Hédio. Para ele, cotas é uma medida necessária para que nós possamos corrigir a imensa desigualdade, que atualmente, estrutura a sociedade brasileira.

O problema da não punição

No Brasil muitos casos de racismo são enquadrados como injúria racial, que possibilita a quem cometeu o crime livrar-se do encarceramento, pagando uma multa à vítima. Abordando o tema, o ex secretário de justiça comenta sobre a relutância de alguns profissionais de direito em relação ao assunto, e da importância dos novos advogados e juízes negros na luta pela maior eficácia na aplicação das leis: “Os juízes

“E é uma honra o resultado do julgamento, os ministros da nossa mais alta corte por unanimidade, mais do que reconhecer a legitimidade e a legalidade do abate religioso, reconheceram o status de religião do candomblé, da umbanda da quimbanda, do xambá, enfim, desse conjunto de expressões que nós chamamos de religiões afro brasileiras”

criminais ainda tem resistência para decretar o encarceramento de pessoas por racismo. Eu entendo que a efetividade da lei depende, primeiro, do crescimento e de uma maior organização da ação política social contra o racismo. E, segundo, nós precisamos que essa legião de jovens que hoje ingressam nas universidades que ocupem esses espaços, espaços de poder, espaços no sistema penal e na administração da justiça. E que possam promover o debate internamente”.

Ele salienta que nem todos os casos devem ser tratados como crime: “Nós, povo negro, somos a maior demonstração de que o encarceramento é algo discutível como método de resolução de conflitos”. E que, muitas vezes, mexer no bolso do discriminador é muito mais eficaz e

razoável do que o encarceramento do mesmo. O estatuto da igualdade racial é uma lei que todo negro deveria conhecer, segundo Hédio: “Eu me lembro que quando ele foi aprovado, nos advogados e professores de direito fizemos muitas ressalvas porque ele é um estatuto não impositivo. Ele é autorizativo”. Mas hoje, ele vê o estatuto da igualdade racial como uma lei importante, porque ele se preocupa com a questão da política pública.

Direito a liberdade religiosa

Para fortalecer ainda mais a luta dos negros pela eficácia da lei, em relação a liberdade religiosa, nasceu o IDAFRO, que defende os direitos das religiões afro brasileiras: “O Instituto nasceu para responder a uma necessidade de



Claudio Lira

defesa das religiões afro brasileiras. Lamentavelmente o discurso de ódio e racismo religioso ocupa cada vez mais espaço na sociedade e ele é cada vez mais naturalizado”. Para ele, a intolerância religiosa tem se enraizado cada vez mais na sociedade brasileira, pois as pessoas passaram a ver como normal a demonização de um segmento religioso que reúne milhões de brasileiros.

“A IDAFRO não tem a intenção de ser a solução para o problema, mas pretende ser um instrumento de luta em defesa da dignidade e da honra das religiões de matriz africana no Brasil”, diz. No Instituto, podem se associar organizações religiosas, sacerdotes ou sacerdotisas, fiéis e simpatizantes que visam o empoderamento e o engrandecimento das religiões afro-brasileiras, que no atual contexto, tem sofrido represálias devido a ataques em massa, em mais de 200 terreiros espalhados em diferentes estados do Brasil.

É impossível falar sobre defesa das religiões de matriz africana, sem citar o embate judicial contra a TV Record, que contou com a atuação do Doutor Hédio, por exibir em seu programa insultos contra essas instituições, vindas de uma emissora comercial, que exibe muitos programas de teor evangélico. A briga judicial que se estendeu por mais de 15 anos, devido aos vários recursos da emissora, foi encerrado agora em 2019. Sobre o direito de resposta, ele acredita que não significou o fim, mas um duro golpe contra a impunidade contra os veículos de comunicação social, as radiodifusões, que também são um serviço público, e que não podem incitar a intolerância: “A constituição federal determina a finalidades educativas, valorização da pessoa para radiodifusão. O código brasileiro de telecomunicações proíbe as radiodifusões de veicular o discurso de ódio, portanto os meios de comunicação no Brasil diariamente veiculam discurso de ódio”. Portanto, ele reforça que a vitória foi um golpe na impunidade.

A emissora foi condenada a exibir quatro programas, que serão veiculados na Record News. Os conteúdos serão educativos e documental para quebrar certos estereótipos em relação às religiões de matrizes africanas, que são construídos pelo desconhecimento, e também, pelo preconceito: “Nós vamos dialogar com a sociedade brasileira. Eu, como diretor geral dos programas e como advogado, decidimos coletivamente que a ideia é dialogar. Nunca na TV aberta no Brasil, as religiões afro brasileiras puderam falar durante tanto tempo. Falar sem intermediários e sem edição, ou com edição feitas por elas próprias”. O objetivo é transmitir “a verdade sobre o que é a religião”, reforça o professor de direito, e promover uma cultura do respeito recíproco, desconstruindo estereótipos, promovendo uma convivência harmoniosa e uma cultura de paz entre todos.

O abate religioso é um tema polêmico, que também contou com a atuação do advogado. O Tribunal Federal (STF) voltou a julgar se o abate religioso, por parte das religiões afro brasileiras, é ou não constitucional, após o recurso do Ministério Público do Rio Grande do Sul, em 2006, que queria incluir os rituais religiosos no Código de proteção aos animais: “Muita gente acredita que algumas coisas são exclusivas das religiões Afro Brasileiras, e não é. Os Judeus tem ritual de abate, os muçulmanos tem ritual de abate, tanto para fins alimentares quanto para fins litúrgicos”.

Hédio fala com entusiasmo que é uma honra levar para a mais alta corte, um tema desta relevância, e sobre os resultados que obtiveram: “E é uma honra o resultado do julgamento, os ministros da nossa mais alta corte por unanimidade, mais do que reconhecer a legitimidade e a legalidade do debate religioso, reconheceram o status de religião do candomblé, da umbanda, da quimbanda, do xambá, enfim, desse conjunto de expressões

que nós chamamos de religiões afro brasileiras”.

O menino do interior de MG que aprendeu desde cedo com a mãe e o avô a importância do conhecimento e da luta contra o racismo comemora a vitória sobre os que ainda acreditam na impunidade.

*Graduada em Jornalismo no FIAMFAAM.

Acesse, ouça, compartilhe.

Rádio
FIAMFAAM

A rádio do seu tempo

Disponível na web em:

www.radiofiamfaam.com

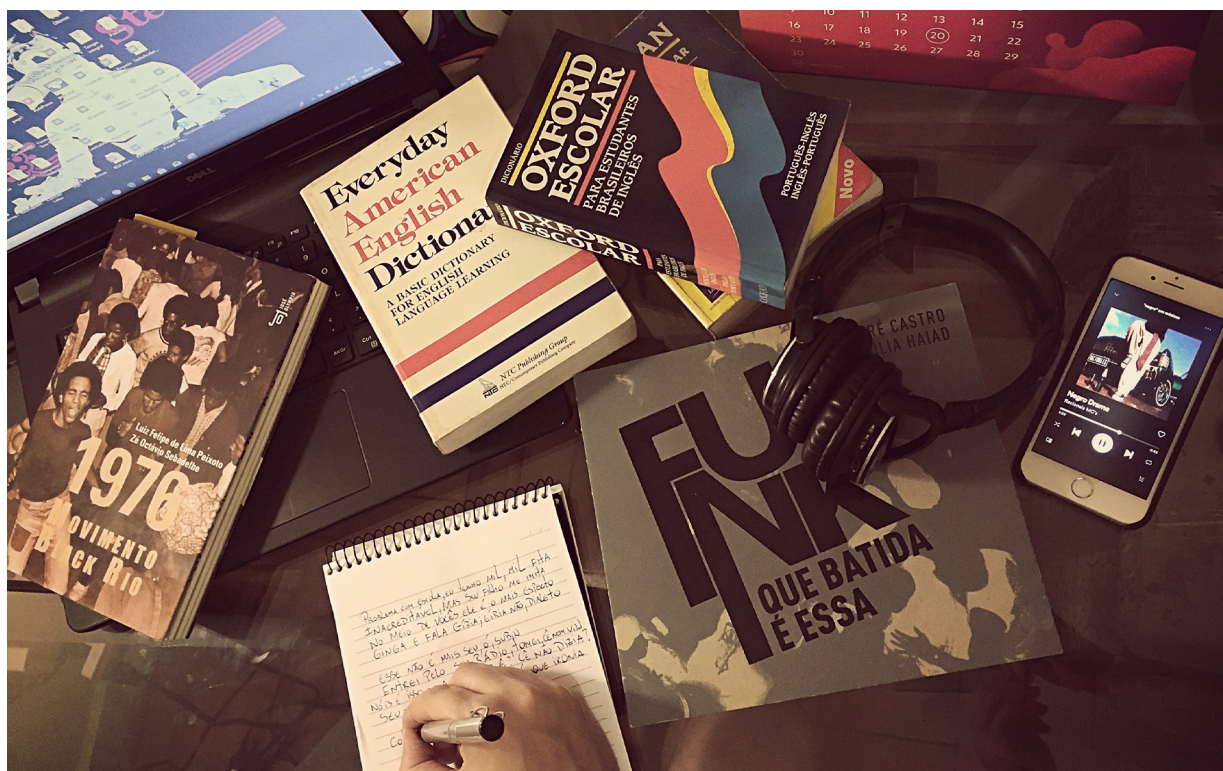
Baixe o APP e ouça no seu celular



Estigmas sociais contribuem para a resistência dos professores ao funk

Docentes conhecem menos de 10% das músicas e artistas mais ouvidos pelos alunos. A falta de informação sobre o gosto musical dos jovens estimula a perpetuação do preconceito

Por Rogério Pelizzari*



Arquivo pessoal

Recentemente defendi tese de doutorado¹, que buscava mapear o gosto musical de alunos da educação básica e levantar a opinião dos professores a respeito de tais elementos da cultura juvenil. Os dados revelaram que o *rap* (69,3%) e o *funk* (68,3%) estão no topo das

preferências entre os estudantes e que os docentes tendem a adotar postura crítica, sobretudo em relação ao gênero nascido e disseminado a partir das comunidades negras da periferia do Rio de Janeiro. A maioria deles resiste à ideia de que é possível utilizar o repertório que embala bailões e

pancadões como recurso pedagógico nas escolas.

Os resultados não apenas refletem os contrastes, embates e contradições da sociedade brasileira como ganham contorno nítido nos últimos anos. Eles indicam ainda a preservação do preconceito institucionalizado no

que diz respeito a produtos culturais cuja origem e circulação remetem aos estratos economicamente menos favorecidos da população, que quase sempre são marginalizados e classificados como inferiores, de menor valor, impróprios e inadequados.

Na primeira etapa, o trabalho envolveu quase 1,5 mil crianças e adolescentes com idade entre 10 e 18 anos, de cinco escolas estaduais da rede pública de ensino. Eles responderam questionários que tinham o objetivo de identificar as práticas, os hábitos e os comportamentos; além dos grupos, bandas, compositores, cantores, intérpretes e obras favoritos.

Em uma das perguntas, cada participante podia relacionar até três canções e artistas que mais gostavam de ouvir. Quase metade dos *hits* citados se dividiu entre *rap* (26,6%) ou *funk* (22%) e entre os 20 que receberam mais votos, 15 (ou 75%) pertenciam a um dos dois gêneros.

A segunda etapa do estudo envolveu os professores. Após a tabulação do conteúdo, grupos de discussão foram promovidos para registrar a opinião e o nível de conhecimento dos educadores sobre as referências musicais dos jovens. Somada à visão estigmatizada em torno das letras e melodias, que se manifestaram nos depoimentos de parte dos docentes ouvidos, eles demonstraram ignorar cerca de 90% dos trabalhos e das celebridades mais populares entre os estudantes.

De um conjunto de quase 40 educadores, de três diferentes escolas, nenhum foi capaz de reconhecer sequer um dos dez sucessos que mais foram lembrados nas turmas nas quais davam aula. Encabeçaram a lista, com menções em todas as unidades de ensino visitadas, “Beat do megatron” de Mc Kitinho, “Amor de verdade” de Mc Kekel e Mc Rita, e “3 dias virados” do Mc Ig.

E você, já ouviu alguma destas músicas?

Desconhecimento e preconceito institucionalizado

A predominância das mídias digitais como meio de acesso exclusivo a boa parte deste repertório, em partes,

explica o conhecimento superficial a respeito dos interesses dos alunos. Ainda que ao longo dos últimos anos o *funk* e o *rap* tenham passado a ocupar a programação das chamadas mídias tradicionais (rádio e televisão), eles estão longe de alcançar o espaço dedicado a outros gêneros populares, como o sertanejo, o samba, o pagode e a própria MPB.

A preocupação das rádios comerciais, com questões de ordem econômica e financeira, acaba pesando na decisão por incluir ou não as canções de determinados artistas em sua grade. Especialmente, as composições marcadas por remissões explícitas à sexualidade e dos palavrões são descartadas por serem vistas como um risco aos patrocínios e contratos de publicidade.

De acordo com o diretor da rádio Disney Brasil, Rodrigo Girasol, outro componente a ser considerado é a heterogeneidade do público. “A faixa etária dos ouvintes é bem ampla: crianças, adolescentes, adultos e idosos. Imagine a mãe que resolve sintonizar a rádio na cozinha no meio do dia enquanto o filho está

brincando na sala. Temos de levar em consideração este tipo de variável ao definir quais músicas tocaremos”, afirma.

É inegável, contudo, que são dirigidas de maneira mais específica ao *funk* as críticas mais severas. Os meios de expressão e de pertencimento, que ele estimula, como o canto, a dança, as formas de se vestir e de falar, dividem opiniões e se desdobram em comportamentos radicais, como propostas de criações de leis e a adoção de medidas judiciais que restringem sua plena manifestação.

A reação de parcela dos frequentadores e de donos de lojas em *shoppings centers* ao fenômeno dos rolezinhos é um dos exemplos desta polarização. Em 2014, multiplicaram-se os casos de liminares obtidas na Justiça para impedir jovens da periferia, que pertenciam à cultura *funk*, de visitar tais estabelecimentos.

A lei estadual 16.049, sancionada pelo então Governador Geraldo Alckmin em dezembro de 2015, também evidencia nuances das disputas e tensões que envolvem o assunto. Conhecida como “lei do pancadão”, ela “dispõe sobre a emissão de ruídos



sonoros provenientes de aparelhos de som portáteis ou instaladas em veículos autônomos estacionados” e foi criada com o objetivo de coibir tais festas de rua. Após ampla exposição em noticiários, a pressão já não era mais somente dos moradores das regiões onde os “pancadões” aconteciam. As matérias, que retratavam o comércio ambulante, a sujeira, o tráfico de drogas, a violência e, é claro, o som alto, foram determinantes para a aceleração do encaminhamento da pauta.

Convém destacar ainda a sugestão de lei 17/2017, que propunha a criação de legislação específica que determinasse a “criminalização do *funk* como crime de saúde à criança, ao adolescente e à família.” O Senado Federal disponibiliza página na internet que permite a qualquer cidadão fazer uma proposta, que eventualmente pode entrar na pauta de discussão do Parlamento. Para isso, a demanda tem de obter 20 mil menções favoráveis, por meio de votação feita pela e na própria plataforma *online*, que é aberta para o público em geral.

A citada sugestão de lei 17/2017 obteve 52.828 votos e seguiu para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do órgão, onde tramitou entre os meses de maio e setembro de 2017. A matéria foi, contudo, arquivada, mas gerou intenso debate nas redes sociais e no noticiário, opondo críticos e apoiadores à iniciativa.

Episódios como estes revelam as divergências e oposições existentes em torno de determinadas manifestações, formas de expressão e elementos da cultura. Eles sinalizam que as preferências, assim como os padrões estéticos, são estabelecidos por componentes que envolvem as diferenças entre classes sociais.

Processo de legitimação

Se a exposição crescente ao longo das últimas duas décadas e meia deixou o *funk* mais em evidência e vulnerável às críticas. Ela também representa a ascensão e inserção do gênero em outro patamar da luta simbólica. Expandiram-se as referências, nos anos mais recentes, que sinalizam

para a maior aceitação e valorização cultural e artística.

O cineasta e produtor musical, que se notabilizou pela criação de videoclipes de inúmeros *MCs*, KondZilla, tornou-se celebridade e foi destaque de revistas com forte penetração em um público intelectualizado e de maior poder aquisitivo. Em 2018, ao alcançar os 50 milhões de seguidores em seu canal do Youtube, foi tema de coluna assinada pelo escritor e integrante da banda angolana Buraka Som Sistema, Kalaf Epalanga, na revista da Livraria Cultura. Também estampou a edição de número 197 da publicação que a companhia aérea Gol distribui em suas aeronaves. Além disso, KondZilla foi uma das estrelas da edição de 2019 de um dos maiores eventos de criatividade e inovação da América Latina, o Rio2C.

Anitta, ícone do *funk*, é – senão a mais popular – uma das personalidades brasileiras em maior evidência mundialmente na atualidade. Um ano depois de lançar carreira internacional, a cantora fechou 2018, entre os artistas em destaque, com as parcerias realizadas com outros astros pop ao redor do mundo, a circulação midiática e as premiações na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa. No mesmo período, alcançou 33 milhões de seguidores no Instagram, a quinta posição entre os brasileiros com mais adeptos nesta rede social e ultrapassou outras estrelas globais, como Madonna, Lady Gaga e Camilla Cabello. Também realizou palestra em Harvard, em evento sobre o Brasil, além de ter estrelado série documental da Netflix. Dentre os argumentos que ouvi em minhas conversas com os professores, não foram raros os que classificavam o *funk* como vulgar e com letras proibitivas. Os docentes consideravam que utilizar o funk no processo de educação seria como retirar do aluno a oportunidade de transcender suas vidas cotidianas. Há que se considerar, entretanto, que ao ignorarmos elementos de outra cultura; no mínimo, construímos uma relação menos dialógica com o outro. E os efeitos deste cenário temeroso estão sendo sentidos nos dias que correm.



Arquivo pessoal

* Rogério Pelizzari é doutor e mestre em Ciência da Comunicação, além de especialista em Gestão de Processos Comunicacionais pela Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA/USP). Formado em jornalismo e em publicidade pela Universidade São Judas Tadeu (USJT), atua na área de comunicação pública, tendo sido diretor de Relações Institucionais da Rádio e TV Educativa do Paraná (RTVE/PR) e coordenador na Secretária de Comunicação da Prefeitura de São Paulo (SECOM/SP). É professor universitário da Laureate EAD, analista de conteúdo da Kroton Educacional, além de membro do grupo de pesquisa Mediações Educomunicativas (MECOM).

1 - Tese de doutorado defendida no dia 14 de março de 2019, na Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA/USP), com o título “Rap, funk, pop internacional: percepção dos professores sobre as referências musicais dos alunos”

Carinho e cuidado dentro do ambiente acadêmico

Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAP registra evolução em atendimentos e se destaca por excelência em ações

Por Felipe Aranda*

Memória



Laura Yoko

Da esquerda para direita: Cintia Sanchez, Ana Paula Rocha, Caluaná Bambuy, Ludmila Poletti e Denise Marchesoni

O número de ingressantes no Ensino Superior tem aumentado nos últimos dez anos. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2017, pouco mais de 8,2 milhões de matrículas foram realizadas em cursos de graduação de instituições de Ensino Superior, sendo que 75,3% pertencem a rede privadas. Dentro desse número, há também uma outra evolução que são as matrículas em que o estudante declara algum tipo de deficiência (visual,

auditiva, intelectual, física, motora ou múltipla), transtornos globais do desenvolvimento (distúrbios em interações sociais) ou altas habilidades/superdotação, chegaram ao total de 38.272 ou o equivalente a 0,46%.

Desde 06 de julho de 2015 vigora no Brasil a Lei N° 13.146 que promove, por meio de diretrizes, condições de igualdade, direito, liberdade, inclusão social e cidadania para pessoas com deficiência. A lei ficou conhecida como Lei Brasileira de Inclusão ou apenas LIB. Com a medida, instituições de ensino adaptaram o seu espaço físico

e conteúdo didático para receberem e suprirem as necessidades de estudantes com algum tipo de deficiência ou transtorno.

Na edição número 02 da Revista Dumela em uma reportagem especial sobre os 50 anos da FMU, pode-se conhecer as ações e conquistas que tornaram o que a instituição de ensino é hoje. Nesta edição, em especial, conhecemos um pouco sobre a visão da Instituição perante acessibilidade nos campi no contato com o Núcleo que está à frente deste tema, mas que também perpassa por outras causas, tornando a administração da inclusão

social e a cidadania um diferencial da universidade.

As atividades do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) existem desde 2015, que, nesse momento, faziam parte do Núcleo de Apoio Discente e Docente (NADD). Suas ações consistem em acompanhar, orientar e apoiar os estudantes com deficiências, transtorno de aprendizagem ou transtorno psiquiátrico.

Atendimentos e orientações do Programa Atenção Especial do NAP já beneficiaram 461 alunos

Tudo começa na matrícula, quando ingressantes declaram em seu cadastro algum tipo de deficiência. Cintia N. Madeira Sanchez, psicopedagoga, doutora em psicologia e responsável pelos atendimentos do NAP, recebe essas informações e agenda o primeiro atendimento do aluno junto ao Núcleo. “Eu faço a entrevista com o aluno, quando necessário, com a família junto, para passarem a exatamente qual é a dificuldade dele. A partir dessa primeira entrevista, surgem as diretrizes de como esse aluno vai ser atendido aqui dentro”. O atendimento inicial é o primeiro passo do Programa Atenção Especial do NAP. Após obter o laudo médico atestando a deficiência ou transtorno são identificados os suportes que o aluno necessitará da instituição de ensino, o Núcleo orienta os coordenadores e professores sobre as modificações e adaptações que precisarão ser feitas para atender o aluno na sua individualidade e para que ele possa se desenvolver intelectualmente. A coordenação do curso e os professores são informados com antecedência sobre as necessidades de apoio do aluno para que juntos possam desenvolver didáticas especiais para o semestre garantindo a aprendizagem do aluno; as ações dependem da necessidade do aluno como: a infraestrutura é notificada quanto ao ensalamento para providenciar o mobiliário diferenciado, analisado previamente pelo NAP e intérpretes de libras

e ledores são contratados para acompanhar o estudante. Todos esses cuidados no início do semestre levam em consideração tanto novos alunos quanto os que já são atendidos pelo NAP e estão retornando das férias.

As ações do Programa Atenção Especial continuam durante todo o semestre e os alunos atendidos pelo Núcleo podem realizar suas provas diretamente nas instalações. Diferentemente de uma sala de aula que possui uma grande quantidade de alunos que podem prejudicar o desempenho do aluno com transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) ou com transtorno de ansiedade, no NAP, esses alunos encontram um ambiente calmo e contam com tempo estendido para realização da sua prova. Além disso, o Núcleo possui alunos dos cursos de Psicologia e Pedagogia que realizam apoio semanal aos alunos com deficiência ou transtorno auxiliando nas dificuldades de aprendizagem ou manuseio de plataformas de ensino à distância como o Blackboard.

Outro público que recebe atenção especial do Núcleo são alunos que desenvolvem transtornos psiquiátricos como depressão, ansiedade aguda, transtorno do

pânico, entre outros. Aliás, Cintia comenta que houve um aumento no número de alunos com esses quadros. Ao procurarem o NAP, eles são acolhidos, atendidos e podem ser encaminhados para atendimento na Clínica Escola de Psicologia da FMU no Campus Santo Amaro. Um aluno que já possui laudo psiquiátrico, é diretamente encaminhado para a Clínica Escola de Psicologia e recebe acompanhamento do NAP voltado para sua adaptação em sala de aula e em provas semestrais. “Ele não vai precisar daquele acompanhamento psicopedagógico porque ele não tem dificuldade de aprendizagem, mas ele tem uma questão emocional que interfere em seu desempenho no processo ensino-aprendizagem”, explica a especialista.

O Núcleo também está alerta para casos de alunos com deficiência ou transtorno que não declararam suas condições no ato da matrícula. Se o professor perceber que um aluno possui alguma dificuldade, tanto ele quanto a coordenação do curso podem encaminhá-lo ao NAP a qualquer momento. “A única ação que pedimos ao professor é que converse com o aluno sobre a existência do NAP, do seu trabalho e que encaminhe um e-mail para que nós façamos o agendamento”, orienta Cintia.



Cintia Sanchez é responsável por realizar o primeiro atendimento do aluno no Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

Laura Yoko

Tudo é registrado. O aluno atendido pelo NAP possui um prontuário que guarda as presenças nos atendimentos, e-mails trocados, orientações diretas e orientações encaminhadas aos professores, por exemplo.

Os atendimentos e orientações do Programa Atenção Especial já beneficiaram 461 alunos. Se juntarmos a essa marca as demais ações do programa que incluem provas aplicadas e alunos voluntários, observaremos um aumento de 889,76% nas demandas de atendimento do NAP. Dentre os alunos que retornaram aos atendimentos no primeiro semestre de 2019, o Núcleo acompanhou: 48 alunos com transtornos psiquiátricos; 37 alunos com deficiência auditiva; 21 alunos com deficiência física; 19 alunos com deficiência visual; 9 alunos com problemas gerais de saúde; 8 alunos com Transtorno do Espectro Autista; 28 atendimentos pontuais.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico que nos referimos até o momento como NAP, é uma reestruturação do Núcleo de Apoio Discente e Docente, antigo NADD. Sendo assim, carrega em seu DNA o apoio ao docente. “Quando temos um docente que não está bem, que está afastado ou com problemas em sala de aula por questões emocionais, a coordenação o encaminha para nós. Eu mesma faço o acolhimento e encaminhamento para avaliação”, ressalta Cintia. O acolhimento também inclui todos os

demais colaboradores da instituição de ensino quando necessário.

De modo geral, o Programa Atenção Especial também abrange a conscientização de alunos da universidade quanto ao tema acessibilidade e também sobre os cuidados com a saúde mental. Palestras e rodas de conversas com especialistas são realizadas para que esses compartilhem experiências reais e os caminhos percorridos para lidarem com essas limitações. Campanhas de saúde contra doenças que são destacadas mensalmente como o Janeiro Branco (depressão), Abril Azul (autismo) e Setembro Amarelo (suicídio), também são articuladas pelo NAP em todos os campi.

“Temos no Brasil 20 anos de inclusão. Então, temos ainda muito a aprender e a desenvolver, mas se não dermos o suporte necessário para os alunos, eles vão ter dificuldades em acompanhar o curso por não considerarmos suas características individuais. O trabalho do NAP é fundamental para o desenvolvimento desses alunos”, analisa a psicóloga. A psicopedagoga ainda ressalta o pioneirismo do trabalho do núcleo e diz que “hoje já somos vistos como uma instituição inclusiva em que mães ficam sabendo do nosso trabalho em consultórios médicos e nos procuram, fazendo de nós o seu suporte dentro da instituição”.

*Aluno do 6º semestre de Jornalismo.

“Eu decidi fazer a monitoria para colocar minha escrita em prática e ter uma vivência similar a de uma redação jornalística. Foi uma ótima experiência, consegui fazer a cobertura de 5 eventos, melhorei muito a minha escrita, minha autocrítica, aprendi a lidar com críticas e foi a primeira vez que mais pessoas puderam ler meus textos. Anteriormente eu sempre escrevia e guardava pra mim ou mostrava apenas para uma amiga e um professor. Ter o feedback do público foi muito importante e também serviu para que eu tivesse oportunidade de colaborar com blogs de amigos e eventualmente na AICOM (Agência Integrada de Comunicação).

Com o conteúdo que criei na monitoria eu pude começar a produzir meu portfólio, aprendi a fazer cobertura de eventos, desenvolver entrevistas, lidar com imprevistos e a trabalhar em equipe”.



Arquivo pessoal

Gabriela Barbosa, 22 anos, estudante do quarto semestre do curso de Jornalismo. Ela participou da monitoria no Núcleo de Estudos Étnico-Raciais (NERA) no primeiro semestre de 2019.

Próximas ações do NAP

- 18/09 – Roda de Conversa – Femicídio
- 21/09 – Encontro Educação e Inclusão
- 24/09 – Palestra – Suicídio
- 26/09 – Roda de Conversa – Religião
- 15/10 – Roda de Conversa – Saúde Mental
- 29/10 – Palestra – Surdez
- 31/10 – Roda de Conversa – Sexo e Gênero
- 19/11 – Palestra – Racismo – Consciência Negra
- 21/11 – Roda de Conversa - Sustentabilidade

Qualidade Acadêmica e Responsabilidade Social: Visando a formação de mentes capacitadas e engajadas socialmente

A Qualidade Acadêmica do Centro Universitário FMU-FIAMFAAM incorporou o Núcleo de Apoio Docente e Docente (NADD) atualmente NAP (Núcleo de Apoio Psicopedagógico). O setor gerencia diversas frentes de trabalho da instituição, produzindo, registrando e divulgando suas ações para comum conhecimento. Além disso, atua em parceria com todas as escolas da instituição nas áreas de Extensão, Responsabilidade Social e Atendimento aos Discentes.

Composto pela professora Mestre Denise C. C. Marchesoni (Coordenadora de Qualidade Acadêmica FMU-FIAMFAAM), Ludmila C. Poletti (assistente administrativa), Caluaná S. Bambuy (auxiliar administrativo), Ana Paula F. Rocha (auxiliar administrativo) e a professora Dra. Cintia N.M.Sanchez (Psicóloga e Psicopedagoga do NAP), a Qualidade Acadêmica é responsável pela capacitação e desenvolvimento do corpo docente em ambientes on-line como o Blackboard e a plataforma do Programa Transforma. Também gerenciam documentos acadêmicos como os Planos de Ensino, APS (Atividades Práticas Supervisionadas), Portfólios e cadernos de disciplinas (exclusivos da Escola de Saúde), dando a eles a identidade visual da instituição além de validar itens de qualidade. Ainda sobre o apoio ao corpo docente, a Qualidade Acadêmica organiza, em conjunto com o Marketing e Recursos Humanos, a programação da Semana Docente que ocorre no início de cada semestre e a Integração de novos docentes.

Para os discentes, a Qualidade Acadêmica é responsável pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), Programa de Monitoria Voluntária, cursos Extracurriculares Complementares e de Nivelamento que visa apoiar o estudante em seu processo de ensino e aprendizagem,

curso de Educação Financeira on-line, além da Avaliação Profissional da Laureate (LPA), uma ferramenta de avaliação resultante de um programa concebido para identificar competências organizacionais e habilidades comportamentais críticas para o sucesso profissional de nossos estudantes e o portal de conhecimento global exclusivo OneCampus® by Laureate.

O Programa de Monitoria Voluntária promove o exercício da vocação da docência, possibilita

aos estudantes aprofundamento de conhecimentos teóricos e práticos e o cumprimento de Atividades Complementares. Trata-se de um programa que diferencia o aluno formado no Centro Universitário FMU-FIAMFAAM de outras instituições. A atuação do estudante monitor tem envolvido atividades em Componente Curricular, Projetos e Atuação em Núcleos de Estudos. “O Programa de Monitoria proporciona um compartilhamento de informações, de educação e de



Denise Marchesoni, Coordenadora de Qualidade Acadêmica FMU-FIAMFAAM.

Laura Yoko

vivência, muito grande. Existem empresas que pedem experiências acadêmica ou profissional, e o aluno que passa pela monitoria, estará bem preparado para elas”, explica a responsável pela monitoria na Escola de Comunicação Rita Ribas.

Uma novidade no Programa é a chamada Monitoria com bolsa. “Começamos o projeto pela Escola de Saúde, já que, essa área conta com especificidades diferentes quando nos referimos as clínicas, os atendimentos, os preceptores. Tem sido um sucesso a procura e esperamos poder expandir a ideia para outras escolas”, destaca a coordenadora de Qualidade Acadêmica FMU-FIAMFAAM Denise C. C. Marchesoni.

No componente curricular, o aluno faz a monitoria de uma disciplina já cursada, ajudando o professor em pesquisas, cases, informações mercadológicas, produção de atividades, entre outros. “São alunos que estão concluindo o curso, então, eles têm uma vivência do que eles queriam que a disciplina tivesse”, reforça a professora Rita e destaca que a atuação em conjunto com o professor desperta o interesse no aluno em considerar seguir carreira na área acadêmica.

A Agência Integrada de Comunicação (AICom) reúne alunos dos cursos da Escola de Comunicação do FIAMFAAM para desenvolver atividades de acordo com suas demandas. Em eventos institucionais como a Semana de Comunicação, por exemplo, alunos de Publicidade e Propaganda criam o material visual como banners e flyers. Os alunos de Rádio e TV editam as gravações de entrevistas realizadas pelos colegas de Jornalismo. Esses mesmos alunos de Jornalismo produzem também matérias escritas que são publicadas no site da AICom. O planejamento, organização e cuidados com convidados ficam sob responsabilidade dos alunos de Relações Públicas. Tudo acontece de forma integrada para que todos tenham a experiência prática de suas futuras profissões.

Já nos Núcleos de Estudos, os monitores trabalham na produção e na cobertura de eventos além de participarem de atividades

relacionadas. Assim, os alunos acabam se aprofundando em temas específicos por meio de pesquisas e levantamentos. Ao todo são sete núcleos: o NUGE – Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade, o NERA – Núcleo de Estudos Étnico-Raciais, o NEMA – Núcleo de Estudos do Meio Ambiente, o NEHQ – Núcleo de Estudos de Histórias em Quadrinhos Álvaro de Moya, o NUDA – Núcleo de Dramaturgia, NECULT – Núcleo de Estudo de Cultura e o NAV – Núcleo Audiovisual.

Todas essas ações da Qualidade Acadêmica são acompanhadas e avaliadas sistematicamente pela Diretoria Nacional de Qualidade Acadêmica. As plataformas on-line utilizadas pelos docentes e discentes contam com indicadores de consumo que aferem se a Qualidade Acadêmica atingiu suas metas de excelência.

A Laureate Education, Inc. tem como um dos seus pilares a forte atuação em ações sociais e ambientais. O Centro Universitário FMU-FIAMFAAM juntamente com a Qualidade Acadêmica possui um Comitê de Responsabilidade Social e Ambiental com representantes de todas as escolas da Instituição. Essas lideranças, que naturalmente são envolvidas em causas sociais, ficam responsáveis por articularem as inúmeras atividades e projetos de extensão em curso, visando dotá-las de maior sinergia, amplitude e visibilidade; sempre com o intuito de fortalecer e engajar o corpo docente e discente aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Destaca-se nessa frente de atuação e apoio da Qualidade Acadêmica, entre outros projetos e programas, um Programa Interdisciplinar em parceria com a ACNUR Brasil – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados que visa a prestação de serviços comunitários e atendimentos diretamente aos refugiados envolvendo todos os cursos de diferentes Escolas, docentes e discentes. A FMU-FIAMFAAM tem uma agenda institucional de responsabilidade social que contempla ações durante todo semestre letivo.

Como exemplo de ação, Rita Ribas cita a Agenda 15 X15, uma ação



Arquivo pessoal

Professora do curso de Relações Públicas e responsável pela monitoria na Escola de Comunicação, Rita Ribas.

que promove 15 minutos de uma determinada atividade cultural desenvolvida pelos alunos a cada 15 dias. “Isso é para fortalecer esse eixo cultural e fazer com que os alunos mostrem seus talentos de dança, teatro e música”. Outros temas como gênero, sexualidade e empoderamento feminino são debatidos em rodas de conversa para conscientização dos alunos. Esses eventos e campanhas promovem a sensibilização e a formação de cidadãos comprometidos com o bem-estar social e do meio ambiente.

Um diferencial das ações de responsabilidade social da FMU é a presença em campo. Durante o segundo semestre de 2019, os nossos estudantes atuarão em escolas públicas para debaterem com alunos dicas sobre consumo sustentável. Também atuarão em supermercados para incentivar o uso de sacolas ecológicas nas compras e em casa.

No primeiro semestre de 2019, mais de 1920 alunos foram impactados com as ações de responsabilidade social, entre debates teóricos e vivências em campo, promovidas em toda a instituição. “Quando o aluno entra nesse eixo de responsabilidade social, é muito interessante, porque ele consegue ver a realidade do outro, consegue compreender a sua própria realidade e a partir disso verifica qual é o seu papel na sociedade”, finaliza a professora.

“Nunca entendi bem como a monitoria funcionava. Sabia que já tinha que ter cursado aquela aula, mas, além disso, era um grande vazio bem na minha frente. Como quase qualquer aluno do último ano, eu ainda estava precisando de horas complementares, então mesmo sem saber exatamente o que eu faria se fosse aceita no programa de monitoria, estava disposta a descobrir e receber a recompensa em forma de números. Minha única opção possível para a monitoria era a aula de revista da professora Carla Tôzo, afinal, tinha me dado bem nessa matéria, entreguei uma ótima revista e me dava superbem com a professora. Pouco tempo depois, lá estava eu, entrando numa sala de aula em um papel bastante diferente de um aluno.

No início, é um tanto quanto amedrontador. Ficar na frente de um cômodo com uns 30 pares de olhos te encarando é uma prova de fogo para qualquer um que não tem a desenvoltura necessária para falar em público. Porém, o mais interessante foi que eles pararam para ouvir - nem sempre, mas acontece! Após aquela primeira aula, a Carla falou o que eu faria por lá - basicamente ajudaria com exemplos da minha própria vida e como os alunos poderiam lidar com as alegrias e tristezas de se fazer uma revista, dar conselhos, dicas, até oferecer fontes para as matérias! Foi a primeira vez que eu entendi o que era transmitir conhecimento e eu não imaginava que isso fosse me deixar tão feliz.

A parte mais “chata”, entre aspas mesmo, foi ter que ouvir a conteúdo teórico todo novamente. Lembrar os tipos de lead, como fazer bons títulos, a história da revista no Brasil, e por aí vai. Mesmo assim,

era interessante ver como eu ainda me lembrava de detalhes, datas, pessoas e nomes.

Em contrapartida, quando toda a parte teórica terminou e era a hora dos alunos começarem a desenvolver suas revistas, foi o momento de realmente participar. Durante os atendimentos que aconteciam uma vez por semana pude ajudar cada grupo de uma forma diferente, um momento único de olhar para o que eu já tinha feito, somar com os feedbacks que recebi, e transmitir para eles de uma forma mais abrangente.

É claro que, como ainda era aluna e estava lidando com alunos, consegui ver nossos defeitos ainda mais aflorados. Acompanhar brigas de grupos por causa de pauta, por causa de fonte, por causa do colega que não colabora... nossa, que experiência! Vi que, mesmo que a minha turma fosse muito complicada de lidar, existiam problemas em todas as turmas, em todas as panelinhas, em todos os temas de todas as revistas.

De tudo, o que a monitoria me trouxe de mais marcante foi a certeza de que até ali, faltando apenas um ano para me formar, eu tinha aprendido muito e sabia aplicar os ensinamentos na minha vida, no meu trabalho e condensar tudo e dar para outra pessoa utilizar. Terminar a faculdade com essa experiência me fez ser muito grata a todos os professores que ficaram horas na minha frente durante quatro anos e, além disso, fixou conhecimentos na minha mente e me fez pegar gosto pela arte de ensinar.

Ao final, também veio o sentimento de felicidade quando eles entregaram seus “filhos”. Folhear cada revista e lembrar dos momentos de pavor que foram passados meses antes era até engraçado. Foi lindo, de verdade. Pergunto-me se é assim sempre ou se uma hora você se acostuma com

a sensação de ver algo finalmente pronto na sua frente... acho que os professores de longa carreira podem me ajudar com isso!

Caso tenha oportunidade, faça uma monitoria de uma matéria que você gostou muito de cursar. Muda muito a forma como você vê a faculdade, quase que como um passe para o backstage de um show que você não sabia que exigia um esforço tão grande para continuar acontecendo”.



Arquivo pessoal

Nayrim Pinheiro, 22 anos, formada em Jornalismo no segundo semestre de 2018 no FIAMFAAM. Ela participou da monitoria na disciplina Jornalismo de Revista no primeiro semestre do mesmo ano.

FMU recebe a 1ª Conferência Nacional de Advocacy

Da redação

Memória



Arquivo pessoal

O evento acontece nos dias 9 e 10 de setembro e para saber um pouco mais sobre advocacy a Dumela conversou com o mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo Marcello Baird*.

DUMELA: Como o advocacy tornou-se uma ferramenta de transformação social?

Marcello Baird: A sociedade civil sempre se organizou e mobilizou para defender direitos e promover causas de interesse público. Se tomarmos o período mais recente como referência, é possível notar que, desde a redemocratização, a sociedade civil organizada tem envidado grandes esforços para participar mais ativamente do debate público nacional, impactando na formulação de políticas públicas nas mais diversas áreas em prol do interesse público. Há diversas ferramentas para mobilizar e engajar a população nas causas defendidas e incidir sobre o governo para que aperfeiçoe suas decisões. Quando as organizações são bem-sucedidas na defesa dessas causas de interesse público, há enorme potencial de transformação social, especialmente num país desigual como o nosso.

D: De que forma as organizações podem atuar em rede para ampliar e tornar mais efetivas as suas ações?

M: Esta é uma das questões que queremos discutir na I Conferência Nacional de Advocacy. Como há diversos interesses em jogo quando estamos falando de políticas públicas, é fundamental que organizações da sociedade civil possam atuar para defender interesses difusos da sociedade. No entanto, as lutas em torno dos mais diversos temas, como meio ambiente, segurança pública e saúde, são desiguais, na medida em que o jogo político é muito assimétrico. Nesse sentido, atuar em rede, unindo esforços com outras organizações, pesquisadores, lideranças, é fundamental para contrabalançar esse jogo e atuar de forma mais efetiva.

D: Como mobilizar a sociedade para potencializar o trabalho de advocacy?

M: Um dos aspectos fundamentais do trabalho de advocacy é o diálogo com a população. Boa parte das políticas públicas só avança de fato quando já há um consenso ou ao menos um apoio considerável da sociedade, o que aumenta a pressão sobre o poder público. Nesse sentido, não basta apenas aperfeiçoar o diálogo e as estratégias de incidência direta em relação aos 3 Poderes. É muito importante também que a gente consiga estabelecer um diálogo direto com a população e engajá-la no apoio às causas. E acredito que, neste momento, uma das questões fundamentais a serem debatidas é a narrativa que deve ser utilizada para conseguir estabelecer um diálogo profícuo. É importante que consigamos ouvir mais o que a população pensa e deseja e a partir daí construir a melhor forma de comunicação.

D: Qual o papel das redes sociais na mobilização para o trabalho de advocacy?

M: As redes sociais têm um papel fundamental na sociedade hoje em dia. Elas são ferramentas imprescindíveis no advocacy para a comunicação e o engajamento da população e para pressionar diretamente o poder público visando transformações sociais. E para fazer

o melhor uso das redes, é importante entender como cada uma delas, com seu formato, especificidade e público-alvo, pode ser útil nesse processo. Além disso, como já dito, pensar na narrativa é crucial, pois de nada adianta ter a ferramenta, se a mensagem não for adequada. É preciso enfatizar, ainda, que a esfera virtual tem seus limites, de modo que esse tipo de ação deve ser combinado com a atuação política direta, seja nas ruas, seja junto ao poder público. Por fim, vale destacar que, infelizmente, as redes também têm funcionado como canal para a divulgação de fake news e discursos de ódio, que podem gerar mobilizações negativas. É preciso estar atento a esse fenômeno e pensar em formas de combatê-lo.

D: Quais os desafios para o advocacy?

Os desafios para se fazer advocacy são muito e imensos. Um deles, como já mencionei, é justamente como se comunicar melhor e engajar a população nas causas que a impactam diretamente. E isso significa também ir além das redes sociais. Garantir que o poder público seja o mais transparente possível e com a maior abertura possível aos interesses da sociedade é fundamental também – só assim será possível fiscalizar as ações de governo, pilar básico de qualquer democracia, e estabelecer um diálogo que seja capaz de aprimorar a qualidade das políticas públicas. Por fim, acho que a questão da assimetria de poder é um tremendo desafio também. Os grupos da sociedade civil não têm os mesmos recursos e o mesmo acesso ao poder que grupos empresariais. Ter isso presente e pensar em formas de superar essa desvantagem, de modo a conseguir defender com efetividade as políticas públicas que melhor atendem ao interesse público, é uma questão central.

D: Qual a importância dessa primeira Conferência?

M: A sociedade civil organizada tem um papel crucial em qualquer democracia, seja fiscalizando o governo, seja pressionando para que políticas públicas de interesse

geral sejam implementadas nas mais diversas áreas, como saúde, meio ambiente, segurança, educação. A essas ações damos o nome de advocacy. Tendo em vista que as organizações da sociedade civil têm ampliado sua participação política e aperfeiçoado a atuação em advocacy nos últimos anos, entendemos que essa primeira Conferência vem coroar esse processo, servindo como um espaço de fortalecimento da sociedade civil e troca de experiências que possam potencializar o trabalho de advocacy com vistas a provocar mudanças sociais em prol da coletividade.

* Mestre e doutor em Ciência Política pela USP. Graduado em Relações Internacionais pela PUC-SP e em Ciências Sociais pela USP. Foi pesquisador na Universidade de Columbia e professor na pós-graduação da Escola do Parlamento, ligada à Câmara Municipal de São Paulo. É professor no MBA em Economia e Gestão – Relações Governamentais, da FGV-SP, e do curso de Relações Internacionais da ESPM. Coordenou as áreas de mobilização e advocacy da Endeavor e do Instituto Sou da Paz e trabalhou na Secretaria Municipal de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo. Atualmente é coordenador de advocacy na ACT Promoção da Saúde.

“Sem compreender o Brasil não se compreende a diáspora”

Por Edilaine Felix

Sheila Walker é antropóloga, cineasta, professora universitária e tem dedicado sua vida à documentação da diáspora africana como pesquisadora, escritora, produtora de filmes, documentarista e conferencista internacional. Ela é diretora executiva da ONG Afrodiáspora, que aborda os universos da diáspora africana e dirige o Programa de Estudos da Diáspora Africana. Sheila também é professora de Antropologia no Spelman College, uma universidade de mulheres afro-americanas em Atlanta, no Estado da Geórgia, nos Estados Unidos, e já dirigiu o centro de estudos africanos

e afro-americanos da Universidade de Texas, em Austin, EUA.

Ela esteve no Brasil, em abril, para uma atividade realizada pelo NERA (Núcleo de Estudos Étnico-Raciais), do Centro Universitário FMU|FIAM-FAAM, sob o tema “Diáspora africana na formação de professores”.

Durante o evento, a pesquisadora apresentou o documentário “Rostos familiares, lugares inesperados – uma diáspora africana global”, que fala sobre a vivência, costumes e manifestações culturais de descendentes africanos em diferentes lugares do mundo, sobretudo na

América Latina. “Tinha muitas histórias para contar e não podia ficar só nas Américas, devia revelar outros lugares que têm afrodescendentes e mostrar suas histórias”, diz sobre o documentário que foi apresentado na ONU, em Nova Iorque (Estados Unidos) e encaminhado para ser exibido para outras populações.

Sheila falou sobre diáspora, cultura africana, brasileira, afro-brasileira e sobre história. A nossa história. E alerta: “Precisamos de mais estudos, de pesquisas das realidades das Américas”. A seguir, a entrevista que Sheila concedeu para a revista DUMELA.



luri Lima

DUMELA: Como conheceu a diáspora no Brasil?

Sheila Walker: Comecei a conhecer a diáspora no Brasil quando fui à Bahia, também conheci Minas Gerais, e vi que o Brasil tem muitas Áfricas. Fora do Brasil não tem muitas pessoas que conhecem a africanidade. Estive na Mina do Veloso em Ouro Preto (MG) onde eu aprendi o quanto o conhecimento africano foi importante na extração de ouro. Os donos de minas dizem que os “negros minas” (negros que trabalhavam na mineração) traziam uma sorte quase mágica. Sorte ou conhecimento tecnológico? Mais um dos mitos da escravidão, que diz que só vieram como corpos, braços, cabeças, e totalmente ilógico. Os europeus queriam construir novas sociedades e para isso era necessário conhecimentos que eles não tinham, como o da metalurgia de ouro e de agricultura tropical. Então se nos conceitualizarmos da origem da escravidão, teremos de repensar a história das Américas. Precisamos de mais estudos, de pesquisas das realidades das Américas.

D: O Brasil é o segundo país africano em termos de população e cultura. Mas nós não estudamos África, não falamos de África, de diáspora. O quanto discutir esses assuntos nos ajuda a entender a nossa negritude, a nossa cultura, a nossa identidade?

S: Eu acho que é fundamental. Eu vivi coisas que não compreendia, fenômenos culturais, porque nossa africanidade (norte-americanos) não é tão desenvolvida quanto a africanidade de vocês (brasileiros). Quando eu tinha oito anos de idade, fui em uma igreja Batista no norte dos Estados Unidos, em uma cidade, com maioria de brancos. Lá vi umas senhoras com bonitos chapéus e quando a música “esquentou”, elas começaram a se mexer, a dançar e a gritar. Ao questionar aqueles movimentos, a resposta era que elas estavam “cheias do espírito”. E eu pensando que espírito é esse que se comporta assim, de onde vem, como se chama? E ninguém tinha respostas. E a primeira vez que eu fui a um Candomblé na Bahia, eu



Iuri Lima

“O Brasil é o lugar que tem a maior diversidade de manifestações culturais africanas e muitas coisas que não existem na África”

entendi tudo. Os mesmos gestos. E então aprendi que o espírito vem da África, que tem nome, se chama Iemanjá, Oxum, Oxumaré, e que os movimentos são uma coreografia do universo. Então, o que eu tinha visto nos EUA fazia mais sentido, eu compreendia que era um fenômeno muito mais profundo do que pensávamos.

D: E o que fez para entender esses fenômenos?

S: Eu fui a outros lugares. E não é só a Bahia. Eu fui a Minas Gerais e lá participei do reinado de Moçambique com uma rainha Conga (cerimônia de coroação da Rainha do Congado de Minas Gerais), com São Benedito da Itália, Santa Efigênia da Etiópia. E fui compreendendo que vocês têm um pan-africanismo ou têm pan-africanismos. O Brasil é o lugar que tem a maior diversidade de manifestações culturais africanas e muitas coisas que não existem na África. Existe essa manifestação em Minas Gerais, no Maranhão, as cidades do interior que têm encontro dos indígenas com africanos. Eu estive numa cerimônia na qual vi o rei da Turquia – e perguntei: Rei da Turquia? –. Ele entrou na mata e saiu Caboclo (orixá do Candomblé). A base de toda essa sinergia é a África. O rei da Turquia é um personagem,

um fenômeno afro-brasileiro. Você não compreende essa riqueza cultural, como vai compreender o que é o Brasil? Eu acho que sem compreender o Brasil, ninguém pode compreender a diáspora.

D: E tem os quilombos...

S: Ninguém tem mais quilombos do que o Brasil. Então há resistência, e também há culinária, há música, baile, espiritualidades. Tenho encontrado afro-brasileiros que pensavam que, por exemplo, os reinados, os congados eram só folclores. Não é. É a continuidade do reino africano que representa uma situação de escravidão, de opressão e daí conseguiram recriar a realeza. E tem a tecnologia de ouro de Ouro Preto.

D: Quem trouxe essa tecnologia?

S: Temos que repensar a escravidão, que não foi só uma migração involuntária de braços, foi uma migração involuntária de cabeças. Os europeus sabiam quais africanos tinham tecnologias quando queriam extrair o ouro dos indígenas. Importaram e recrutaram o que eles chamaram de “negros minas”. E os donos de minas disseram que a presença dos negros minas trazia muita sorte. Quase mágica! Chama-se sorte, não se chama tecnologia.

É maravilhoso que agora tem afro-mineiros que estão pesquisando esse conhecimento tecnológico da metalurgia do ouro e ensinando esses conhecimentos a outros afrodescendentes e a qualquer pessoa que entra na Mina do Veloso em Ouro Preto. Quando os jovens negros entram na mina eles aprendem que os ancestrais deles tinham esse conhecimento e a autoestima vai lá em cima e é como se dissessem: ‘nós fizemos’! Precisa aprender essa história, ela dá uma base para ter

orgulho e conhecer a realidade.

D: Há outros conhecimentos, que não estão nos livros, que os negros trouxeram?

S: Tem poucos estudos das tecnologias que eles (os africanos) trouxeram. Mas temos a técnica de mergulho em busca de pérolas, como no Oceano Pacífico, no Panamá, mas na Venezuela, na Nicarágua também encontraram pérolas. E quais outras que não temos pesquisado? Precisamos descobrir outros estudos

realizadas das Américas para saber quem somos como pan-americanos.

D: Como foi a produção do livro “Conhecimento desde dentro – os afro-sul-americanos falam de seus povos e suas histórias”. Por que o Brasil não está incluído?

S: O Brasil é grande demais, tem tudo que os outros têm. Como falar de Paraguai e Brasil? Paraguai tem 9 mil afrodescendentes, nenhuma favela. Os seus vizinhos são muito mais invisibilizados do que vocês. Não vou dizer que todo mundo sabe que tem negros no Brasil, porque o presidente Bush (George W. Bush, presidente dos EUA entre 1988 a 1992) quando esteve no Brasil falou “oh! aqui também tem negros?” Nós queríamos falar dos mais desconhecidos e colaborar para eles aprenderem mais sobre as realidades deles.

D: Isso ajuda para que os outros povos construíssem conhecimento sobre suas identidades?

S: Sim. Estivemos na Venezuela, nos EUA, no Equador e na Bolívia. Estivemos em lugares que tinham manifestações afro-diaspóricas e as pessoas com as quais trabalhávamos não eram pesquisadores e elas não sabiam nada da história deles, porque não aprenderam. Os afro-argentinos, por exemplo, não existem, mas eles ficaram muito entusiasmados e começaram a ir aos arquivos e lá começaram a encontrar a realidade deles.

D: Encontraram as histórias deles na história da África?

S: Onde pensavam que não iam encontrar afrodescendentes. E criou-se um desejo de ter o que os outros tinham. Os argentinos queriam quilombos como os dos afro-colombianos. Então a Argentina encontrou um livro “Arqueologia da Resistência” e houve uma competição entre eles para se conhecer mais, para encontrar mais informação, porque nunca tinham procurado um livro sobre eles. E ao procurar, encontraram.

D: Felizmente encontramos cada vez mais movimentos de resistência contra qualquer forma



Iuri Lima

“Os movimentos são uma maneira de resistir, de dizer vamos continuar a ser quem somos. Vocês querem eliminar a nossa espiritualidade? Ok! não existe mais Xangô. É Santa Bárbara, mas vamos ter de tocar tambores para ela”



Iuri Lima

de racismo, de opressão. Esses movimentos são um caminho para reconhecimento de nossa cultura?

S: É resistência da continuidade cultural. Os movimentos são uma maneira de resistir, de dizer vamos continuar a ser quem somos. Vocês querem eliminar a nossa espiritualidade? Ok! não existe mais Xangô. É Santa Bárbara, mas vamos ter de tocar tambores para ela. Uma das coisas maravilhosas que aconteceu quando estávamos produzindo o livro é que afrodescendentes de um lugar perceberam o que tinham em comum com os de outros lugares.

D: Após a conclusão do livro, quais trabalhos estão em andamento?

S: O que fizemos nos EUA foi como fruto da nossa luta pelos direitos civis. Tínhamos acesso às universidades, estávamos felizes em estudar nessas grandes universidades, mas qual era o conteúdo intelectual dessas

instituições? As nossas realidades não estavam representadas. Então a gente se organizou e começou a pedir cursos e centros de pesquisas sobre as nossas realidades, que íamos controlar com dinheiro deles, e conseguimos, não foi fácil, mas conseguimos. Agora não tem nenhuma boa universidade norte-americana sem um departamento, um centro ou um programa de estudos da diáspora africana. Agora fazemos parte da intelectualidade. Não se pode falar dos EUA sem falar de nós e nós controlamos esses centros. Não é o outro que está falando de nós, somos nós. Precisamos de aliados, mas não de donos da nossa verdade.

“Os europeus queriam construir novas sociedades e para construir essas sociedades era necessário conhecimentos que eles não tinham, como o da metalurgia de ouro, a agricultura tropical. Então se conceitualizamos a escravidão, que veio da presença de negros das Américas, temos de repensar a história das Américas e, se repensamos a história, temos que repensar o presente, saber quem fez. Precisamos de mais estudos, de pesquisas das realidades das Américas”



Da esquerda para direita: Fernanda Felisberto, Sheila Walker, Maria Lúcia, Edilaine Felix e Carla Tôzo

Juri Lima

FMU



Acesse a nova plataforma de cursos livres da FMU

Certificado de horas complementares
obrigatórias para graduação

Cursos a partir
de **R\$ 12,90**

Cursos livres em
diversas áreas



Professores
de destaque

Plataforma
intuitiva e interativa

>>> fmu.la/on

Sobre Arte e o Tempo

Por César "Bobby" Molina*

O Grafite brasileiro, em especial o paulistano, acabou se tornando um dos principais cartões postais e pontos turísticos da cidade. A prova disso está no grande número de visitantes que todos os fins de semana lotam o Beco do Batman, zona oeste, que há mais de 30 anos é o ponto de encontro de apreciadores da Street Art ou simplesmente Arte Urbana. No entanto é bom salientar que esses tipos de arte, bem como os poucos remanescentes da Avenida 23 de Maio, na realidade são Murais ou Painéis, herdeiros diretos da estética dos Grafites que se popularizam na cidade desde os anos 80, sucesso de público e crítica.

A história do Grafite paulistano é popularmente relacionada à movimentos ligados à periferia ou Hip Hop. Na realidade o pioneirismo desse estilo de Arte Urbana em nossa cidade é creditado ao ítalo-etíope Alex Vallauri que nos anos 60, em meio à Ditadura Militar, deixava suas botas, dados e sua personagem A Rainha do Frango nos muros e viadutos públicos por meio de seus

sprays, rolinhos de tinta e estêncis. Sob influência das manifestações sociais que assolavam o mundo na mesma década como as revoltas de Watts no EUA (1965), Maio de 68 em Paris, além das manifestações pró-democracia no Brasil e demais países da América Latina, as pichações políticas e poéticas ganhavam cada dia mais força, e ainda seguem em nosso convívio diário até hoje, não importa o governo, ou ideologia, a política vigente.

Foi só nos anos 80, quando a cultura do Hip Hop chegou ao país, que jovens como Binho, Speto, Dj Hum, Tahíde e os internacionalmente consagrados irmãos Otávio e Gustavo Pandolfo (OsGêmeos) tiveram seus primeiros contatos com o Break, a música e conceitos como Dj, RAP e MC's além da estética americana das letras e tipográficas dos Grafites de New York como o WildStyle, Bomb, entre outros que ajudaram no aperfeiçoamento do estilo paulistano, entre eles o "Grapixo", por exemplo. Os anos 90 serviram como a década do aprendizado, das oficinas, e

experimentações de grandes nomes da arte urbana mundial como Eduardo Kobra, OsGêmeos, Cranio, NUNCA, Etc. Artistas que viram no spray não só uma oportunidade de expressão ou autopromoção existencial, tão característica aos pixadores, mas uma forma legítima de expressão artística, cada um com seu repertório, estética e missão.

O Grafite surgiu como uma arte democrática, social, de possibilidades abundantes no que se refere ao diálogo com o público em geral, de diferentes repertórios culturais, poderes aquisitivos, de estilos e conceitos diversos. No entanto, uma das grandes críticas dentro do próprio circuito de artistas das primeiras gerações como Rui Amaral e Celso Gitahy, está no fato dos trabalhos estarem cada vez mais perdendo seu caráter social e serem, em sua grande maioria, demasiadamente decorativos e lúdicos. Segundo Gitahy, artista plástico e grafiteiro, em entrevista que realizei em 2018, o Grafite:

[...] foi pasteurizando, essa coisa do hip hop é muito ruim. Não pela qualidade da imagem. Mas pela ideologia, da coisa de ter que ter o melhor, empresarial, imperial. O "King", que eles dizem o "Rei das Ruas". Um monte de gente virou as costas pro início da nossa história. Eles querem saber quem veio depois dos Gêmeos. Eles respeitam o Rui por que ele faz a mão livre. Agora o estêncil, que foi a origem do grafite, eles não estão nem aí. E o Alex Vallauri... Agora nos anos 80 tinha mais conteúdo. Você tinha o Hudinilson Jnr., por exemplo, que foi um cara altamente culto, antenado, e ele não tinha nada, quando ele era vivo ninguém dava nada pra ele. Depois começou escola aprendiz, Hip Hop, ficaram anos e anos fazendo letras, metrô de New York. Os caras são completamente alienados. Acho que foi encaretando. De 2000 pra cá houve um esgotamento do hip hop. Só ficou o Binho. Os Gêmeos começaram a abordar mais o povo do nordeste. [...] Mas aí ficou uma coisa muito abstrata, aí começou a ir pra galeria, os burgueses começaram a comprar, [...] é uma arte inofensiva, dócil. E quando a arte é inofensiva, não incomoda. (GITAHY, citação retirada de entrevista efetuada pelo autor, 2018)



Beco do Batman, foto realizada em 2018. O espaço começou a ser ocupado por artistas e grafiteiros na década de 80. De lá pra cá a região se tornou um ponto de encontro entre artistas e fãs de Arte Urbana. Hoje existe uma curadoria por Celso Gitahy dos artistas e trabalhos que ocuparão os espaços por um período de 3 anos.

Ao contrário das obras que são visitadas no Beco do Batman, conhecidas como Murais, pelo fato de terem sido produzidas com autorização, os Grafites bem como as Pichações e Pixo, acabam pertencendo ao mesmo gênero, pois sua principal característica está na ilegalidade, ou seja, na intervenção não autorizada, transgressora e efêmera. Ao contrário dos trabalhos Murais, que são produzidos visando certa longevidade, algo em torno de 3 anos sob os cuidados do setor público e privado, os grafiteiros têm consciência da fragilidade e efemeridade de seus trabalhos, pois, uma vez que são transgressores, não há sentido em esperar que horas após sua finalização o mesmo já não tenha sido totalmente apagado ou até coberto por outro Grafite ou Pixo. A partir do momento em que está na rua, em um muro, monumento, viaduto ou fachada, ele é público, estando sujeito a deterioração tanto do tempo quanto do público que

poderá interagir com o trabalho à sua maneira.

Foi justamente essa relação com o efêmero, conceito tão atual e abordado em nossa sociedade, que me fez abordar, por meio da fotografia, essa relação da arte, o tempo, o público e a cidade. As fotos desse ensaio foram realizadas entre os anos de 2014 e 2018, e procurei compartilhar a estética e conceitos doados por esses artistas ao nosso ambiente urbano, mas que por motivos diversos, às vezes não puderam alcançar e serem apreciadas não só pelos paulistanos, mas espectadores de todo Estado e País. O mundo das artes, nacional e internacional, ao meu ver anda carente de artistas que consigam verdadeiramente se comunicar com a população em geral. E é esse o papel fundamental que a Arte Urbana vem cumprindo nos últimos 50 anos. Se as artes abstracionistas e conceituais podem ter se distanciado demasiadamente do povo e pecado pelo excessivo auto expressionismo,

os Grafites e Murais têm sido a redenção na relação entre arte e sociedade.

*César “Bobby” Molina, 32 anos, fotógrafo e professor dos cursos de comunicação e artes no Centro Universitário FIAM FAAM, desenvolve estudos sobre o papel artístico e social das artes urbanas (Street Art), com foco para Grafites e Murais e sua relação com a sociedade e Establishment. Graduação em Comunicação Social RTV (Anhembi Morumbi), Pós Graduação em Fotografia Aplicada (SENAC), Pós Graduação em Docência no Ensino Superior (FMU), Mestrado em Educação, Arte e Cultura (Mackenzie) e Direção de fotografia na AIC (Academia Internacional de Cinema).



Windows on the pink building.

Windows on the pink building.

Windows on the pink building.

Windows on the pink building.

Vertical graffiti on the pink building.

DOPE
Yellow smiley faces and green symbols.

Blue graffiti on the left side of the white wall.

Yellow graffiti on the white wall.

Blue face graffiti on the white wall.

Black graffiti with text: "FALA ALTO!!!"
Other illegible tags and symbols.

Large black graffiti piece with white outlines.

Black graffiti with various symbols and tags.

Large, colorful graffiti piece with blue, yellow, and pink elements.

ONE CARRELO

WRIP



MARI
Red graffiti below the photo.



Escadaria da Arcoverde, atualmente batizada de Marielle Franco, localizada na Avenida Cardeal Arcoverde, o local sempre foi alvo de pixadores e grafiteiros. Recentemente o ex-prefeito João Dória havia ordenado que a escadaria fosse inteiramente pintada, mas ela acabou sendo novamente pixada

ELLE PRESENTE

AO A
S O



Mural "Arte Resiste", localizado no Bairro da Santa Cecília. Obra de Patrick Rigon e Renan Santos retrata as cantoras transexuais Linn da Quebrada, Assucena Assucena e Raquel Virginia. A imagem imponente vem tomando forma e se soma à luta da comunidade LGBTQIA+ pela igualdade e liberdade



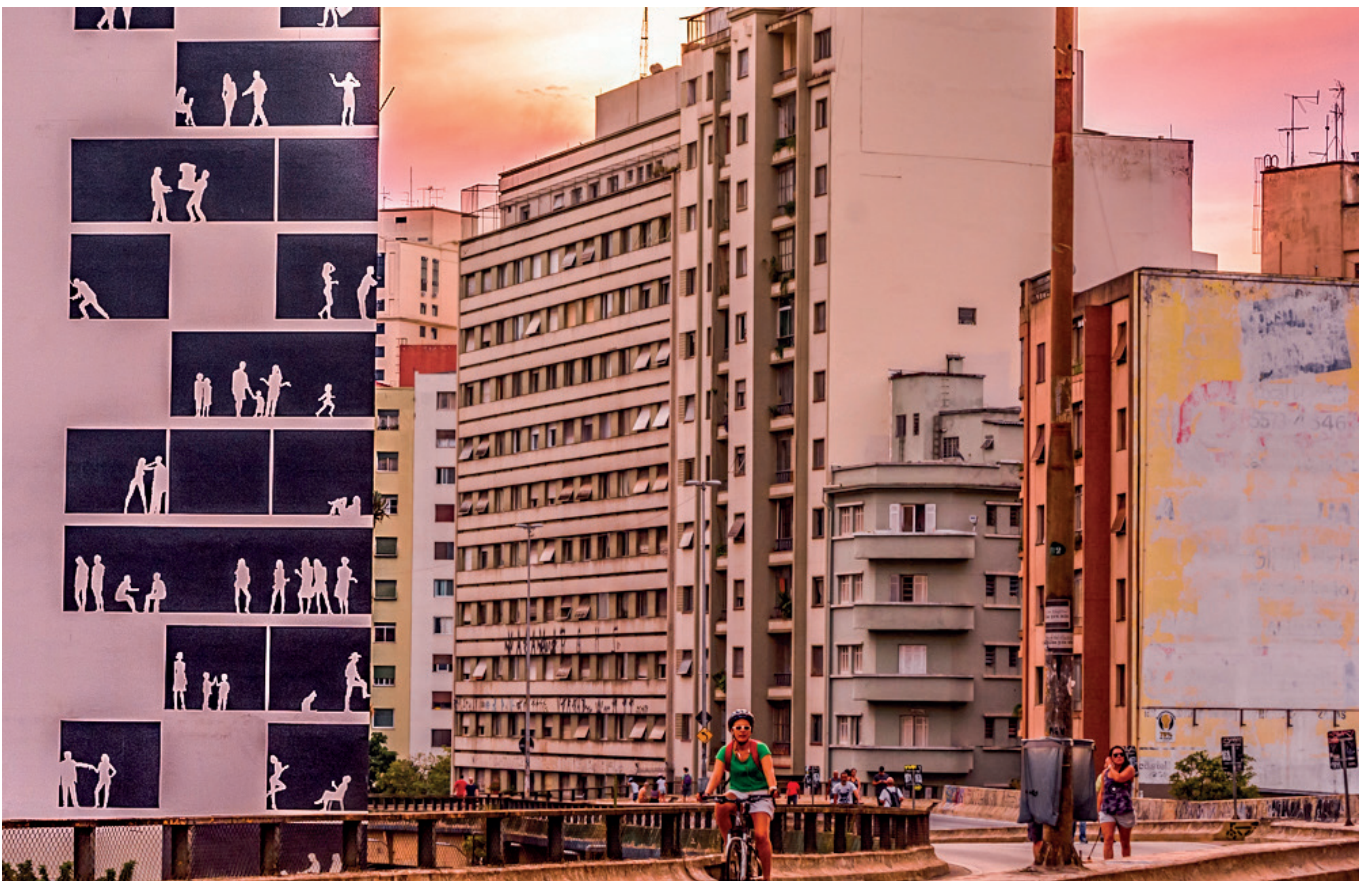
Passagem Subterrânea da antiga Estação Paulista, localizada próximo à esquina da Avenida Paulista e Rua da Consolação. A Passagem Subterrânea possui diversas intervenções como grafites, pixos, colagens, stikers e lambe-lambes compondo uma espécie de miscelânea urbana. A falta de coerência e pluralidade é que dão a graça para o ambiente



Prédio do Ouvidor 63 foi ocupado por artistas de rua, brasileiros e estrangeiros. Para poder habitar e trabalhar no prédio é preciso oferecer um projeto artístico e ser indicado por algum dos moradores. O prédio foi ocupado e personalizado internamente onde cada andar foi estilizado de acordo com a personalidade de cada morador. A parte externa é tomada por cores, grafites e pixos. Uma demonstração do poder de "reterritorialização" e revitalização que a arte urbana proporciona



Mural realizado por Eduardo Kobra antes da Copa do Mundo no Brasil em 2014. O mesmo não existe mais pois a construção foi demolida



Mural de Silhuetas, localizado na região da Santa Cecília



Foto de um mural pixado, localizado na zona oeste, Vila Madalena. Essa imagem ilustra a conturbada relação entre pixadores e ex-grafiteiros, pois há o entendimento por parte dos pixadores, de caráter mais anárquico que esse tipo de arte se "vendeu ao Establishment"

Periferia é sinônimo de amor e união

Por Carla Tôzo

Precisamos falar

Periferia. Normalmente conhecida como “região afastada do centro urbano de uma cidade, em geral carente de serviços e infraestrutura, que abriga grande parte da sua população econômica e socialmente desfavorecida”. Geograficamente é o que está à margem e socialmente é o que está excluído. Periferia tem violência? Tem carência? Tem abandono? Tem, infelizmente.

Mas cada vez mais é fundamental ressaltarmos que a periferia tem amor, compreensão, parceria, união, respeito.

A Dumela ouviu diversas pessoas que vivem e compartilham dessa realidade para falar abertamente sobre o que é periferia de fato.

“Na geografia, periferia é o termo utilizado para denominar um conjunto das zonas situadas à volta do centro de uma cidade, mas a alguma distância deste (AURÉLIO, 2018). Nas diversas periferias das grandes cidades existem muitas coisas em comum, como apelidos, gírias e costumes. Para alguém que vive fora dessas realidades é difícil diferenciá-las por mais semelhantes que sejam, afinal, uma periferia é o reflexo de quem nela mora. Em sua música Da Ponte Pra Cá, o grupo Racionais MC’s nos ensinou que ‘cada favelado é um universo em crise’.

E a quais crises Mano Brown se refere? Talvez gastar 24h da semana dentro do transporte público, ou até 30h, se você for ousado o bastante para ingressar no ensino superior. Ter que escolher entre uma refeição feita com mais qualidade ou mais algumas horas de sono. Ser da periferia é basicamente isso. Ser igual e, ao mesmo tempo, diferente de tudo. Acordar, levantar, sair, andar, trabalhar, andar, voltar, dormir, sonhar com dias melhores, acordar...”

Pedro Henrique Ribeiro, estudante de Jornalismo, 22 anos, Guaianazes, Zona Leste, São Paulo.



Arquivo pessoal

Arquivo pessoal



“A Zona é lost, mas não está perdida

O metro quadrado mais barato de São Paulo foi o lugar que possibilitou que: uma mulher negra, nordestina, divorciada, cozinheira e mãe de três filhos pudesse ter sua casa própria.

Nem o Aurélio consegue definir o que é periferia. Não é uma questão de conceito e sim de vivência. Dividimos as mesmas dores e amores. Aqui na Cidade Tiradentes, extremo leste da Capital somos uma PERIFERIA... assim com letras garrafais e cheios de ‘privilégios’... A distância geográfica, abandono do Estado e uma gigante carência social. Temos todos os ingredientes necessários para a criação do “povo guerreiro”, não creio que ninguém aqui queria ter esse título, mas é melhor que nada.

Segunda-feira de madrugada; terminal de ônibus; fila gigante; tem a galera com café na mão; pessoas contando as resenhas do final de semana; tem gente que nem acordou direito; todos prontos para sair da periferia e ir rumo ao centro. Nesse momento de dispersão é onde fica claro as nossas semelhanças: mães que deixaram seus filhos na creche; pessoas que vão levar três horas para chegar ao trabalho; transporte lotado; trem parado. Está ficando triste? Fica não, vem ver o sorriso desse povo! Ele toma conta do rosto e acaba que a distância não importa muito; é barato, mas é nosso!! E assim: o que era falta de opção para os nossos pais, para nós é o alívio de ter onde morar.

No fim do dia pode-se ver as ruas cheias de gente e de sorrisos. É a vizinha que, mesmo depois da sua rotina diária, dá uma olhadinha no filho da colega que está só em casa, é a sopa que uma faz para outra que não está bem ou os conselhos que trocam quando estão com problemas. Esses gestos me dão a sensação de que a nossa periferia é uma grande família. Todos perdemos quando alguém perde um filho, quando o Estado não é presente ou quando não chegamos em tempo. Cuidando das nossas feridas descobrimos nossos amores e assim os barzinhos/hamburguerias/prças estão sempre cheios de gente que não quer ir longe, de gente que faz da nossa periferia mais que um lugar para dormir: faz daqui um lar.”

Tâmara Santos, estudante de Jornalismo, 27 anos, Cidade Tiradentes, Zona Leste, São Paulo.

“Como morador de uma zona periférica posso dizer que a periferia é bem diferente da ideia que geralmente se tem sobre ela, um lugar cercado de violência e miséria. Muito pelo contrário. Existem ONGs com atividades para pessoas de todas as idades. Onde ensinam a costurar, dançar, desenhar... o que acaba servindo de incentivo para crianças e adultos que aprendem brincando. É claro que nem tudo é um mar de rosas, há muito o que ser feito e a periferia está longe de ser uma prioridade dos chefes de Estado, mas sempre encontramos uma forma de superar as dificuldades e sermos felizes independente dos desafios e da falta de assistência.”

David da Silva Noronha, estudante de cursinho pré-vestibular, 21 anos, São Miguel Paulista, Zona Leste, São Paulo.



Arquivo pessoal



“O que é periferia pra mim? É um mundo dentro do mundo! Na periferia os problemas de fora não parecem fazer tanto sentido ou importância; visto que estamos sempre preocupados com os pequenos/grandes problemas do cotidiano. Particularmente, moro num bairro que não é preciso sair dele para fazer as coisas; basicamente se tem tudo lá dentro. Em partes é bom porque facilita o cotidiano, entretanto, as pessoas ficam presas dentro da sua realidade e as vezes não enxergam as demais paisagens. Periferia é coletivo: tudo junto e misturado. Periferia é perigo: ninguém nos enxerga. Periferia é liberdade: dentro do possível (se seu vizinho fofoqueiro não estiver de olho em você). Periferia é sair de casa sempre 2h antes para qualquer compromisso ou tarefa porque é necessário cruzar a cidade.”

Carolina Messias, estudante de Jornalismo, 21 anos, Grajaú, Zona Sul, São Paulo.

“Periferia, quase sempre vista como um aglomerado longe dos grandes centros das cidades, onde as pessoas têm baixa renda e onde a saúde e a educação tendem a ser mais precária. Realmente posso concordar com esta afirmação, mas, devo acrescentar que a periferia não é apenas isso não!

Periferia é um local onde as pessoas se conhecem, onde os alunos vão juntos para casa, e às vezes passam a tarde toda juntos, porque na periferia as crianças jogam bola na rua e empinam pipas nas calçadas. Nem sempre tem aquele parque lindo, mas é isso, os jovens se reúnem na porta de casa mesmo.

Periferia é o lugar onde ninguém fica parado, não digo só pelas músicas que o povo deixa soar o dia todo, eu estou falando de trabalho também, se a mãe perde o emprego lá vai ela vender produtos de catálogo e vende muito, se o pai perde o emprego lá vai ele falar com os vizinhos porque como disse todo mundo conhece todo mundo, se a filha perde o emprego lá vai ela ajudar no salão de beleza da amiga e muito mais.

Falando em salão de beleza o que mais tem na periferia é salão de beleza, queridos, podem tirar da sua mente esse estereótipo de quem mora aqui não se arruma, o pessoal aqui se arruma, principalmente na sexta feira a noite. Pois é, sexta feira a noite é o dia de comemorar e tirar o estresse de uma semana intensa de trabalho e ônibus lotado. Aliás, atrativos aqui não faltam. Tem bar, pizzeria, lanchonete, igreja e muito mais. O pessoal aqui é empreendedor.

A sociedade só precisa entender que a periferia não é um local horrível onde as pessoas têm medo de andar nas ruas, onde as pessoas não têm educação. A periferia precisa de novos ares e pessoas que apostem nela e lutem por ela e pelas pessoas que nelas residem, pois é um lugar como outro qualquer.”

Kesia Jesus Siriaco, estudante de Direito, 20 anos, São Miguel Paulista, Zona Leste, São Paulo.



O Observatório de Favelas e sua missão de reinvenção da Cidade

Por Jailson de Souza e Silva*
e Jorge Luiz Barbosa**

O Observatório de Favelas (OF) foi criado em 2001, tendo sua sede, desde 2003, na favela da Maré, de onde são oriundos muitos de seus membros. Sua característica mais inovadora é o fato de ter sido inventado por pessoas nascidas e crescidas em favelas cariocas que se tornaram a primeira geração de suas famílias no ensino superior, e nunca esqueceram ou negaram suas origens. Nesse quadro, a organização nasceu com o objetivo de construir conceitos, metodologias e tecnologias sociais que contribuíssem para ampliar o repertório global das inventoras dos territórios favelados¹ e garantir seu direito pleno à cidade.

Como sabemos, as favelas e outros espaços periféricos similares foram, historicamente, hegemonicamente interpretados a partir de referências de investigadoras e pessoas pesquisadoras que nunca viveram nela. Muitas das leituras, então produzidas, tiveram como premissa o que definimos como “Paradigma da ausência” - um processo de apreensão da favela sustentado apenas em suas pretensas ausências e precariedades de equipamentos, serviços, regras, regras civilizadas, normas éticas/morais etc. Esse tipo de representação é a base para as práticas estigmatizantes afirmadas pelos grupos conservadores e para a representação difusa de passividade e alienação afirmada por grupos identificados com a agenda de direitos, especialmente os que trabalham com bases teóricas estruturalistas.

Diante desse contexto, no seu desenvolvimento, o OF foi produzindo iniciativas que contribuíssem para superar as perspectivas subalternizantes assinaladas. A essa construção teórica e metodológica denominamos “Paradigma da Potência”². Pensar as favelas, periferias e os espaços institucionais ocupados majoritariamente por seus habitantes (tal como a escola pública, em geral) como espaços de potência não significa deixar de reconhecer os desafios que se apresentam nesses territórios do ponto de vista dos direitos fundamentais. De fato, as estruturas de reprodução da desigualdade na estrutura social brasileira fazem com que um leque de direitos fundamentais - hoje, em especial, o direito à vida e à segurança pública - não seja garantido nas favelas³. No livro “Favela: alegria e dor na cidade”⁴, mostramos como desde o início do século XX as favelas sempre foram consideradas, nos discursos hegemônicos, como territórios da ausência da civilidade e da urbanidade. À obediência ao senso comum fez com que o IBGE definisse, desde o Censo de 1990, as favelas como “aglomerados subnormais”, termo que ratifica o conteúdo conceitual estigmatizante historicamente utilizado.

Como é sabido, o Estado brasileiro nunca assumiu, em geral, o papel republicano de promover e garantir direitos fundamentais ao conjunto da população. Isso se explica pelo histórico caráter patrimonialista que



Carolina Aleixo



Arquivo Observatório de Favelas

predomina nas práticas do Estado e sua notória vinculação à reprodução do capital. Nesse sentido, os órgãos estatais existiam/existem para atender, sobretudo, aos interesses e privilégios dos grupos econômicos e políticos dominantes, materializados nas cidades. Logo, as forças policiais, por exemplo, têm, em sua história, a função defender a “cidadela” onde os grupos sociais mais ricos viviam e circulavam. Não atingimos ainda um patamar civilizatório e democrático

que considere o conjunto de moradores da cidade como membros da polis, quer dizer, como sujeitos plenos de direitos.

Logo, ao contrário da expressão “cidade partida”, de Zuenir Ventura, que se popularizou a partir da década de 90, o que temos em nossa história é um “Estado Partido”, voltado para atender as demandas específicas dos grupos dominantes. Nesse quadro, diante do desinteresse em criar mecanismos de regulação sobre os espaços públicos onde viviam as trabalhadoras mais empobrecidas – em geral negras e posteriormente migrantes, os órgão estatais liberaram as forças policiais para exercerem ações discricionárias e autoritárias que infernizam a vida cotidiana das habitantes das favelas⁵. Neste quadro histórico de violências, as inventoras das favelas tiveram que construir suas próprias formas de sociabilidades, formas estas que permaneceram, por longo tempo, subterrâneas, invisíveis aos olhos do conjunto da população carioca. Esta via, apenas, as formas paisagísticas que iam dominando os morros, áreas de mangues e outros espaços menos valorizados pelo mercado. Na verdade, constituídas por diferentes formas de moradia – e muito distante dos padrões de homogeneidade que tradicionalmente lhe conferem, as favelas são a expressão de territórios marcados pela diversidade de práticas sociais e culturais. Para além das particularidades de sua morfologia e localização, há também uma composição diferenciada de formas de trabalho, níveis de renda, de inserção ao consumo de bens e de acesso aos serviços públicos urbanos. Portanto, o esforço fundamental do OF foi o de identificar e interpretar as práticas plurais que configuram as lutas populares pelo direito a habitar a cidades. As moradoras das favelas possuem históricos complexos e relevantes atos de lutas por seus direitos contra desapropriações e remoções, conjugam estratégias diversas para conquistas de equipamentos e serviços urbanos (mesmo que precários e insuficientes) e inventam formas particulares de proteção e solidariedade. Com isso, elas constituíram uma experiência

de Polis que se perdeu no conjunto da cidade, especialmente nos bairros mais formalizados e com maior renda. Nestes, a Urbe – o maior acesso a equipamentos e serviços – não dá conta de garantir o que as favelas e periferias ainda preservam: ações solidárias para garantia de direitos e vivência cotidiana; uso ampliado dos espaços comuns; práticas culturais, artísticas e de lazer coletivas e partilhadas de forma inovadora etc⁶. Esses esforços conjugados de construir abrigos para si e suas famílias realizados pelas trabalhadoras subalternizadas da cidade nunca foram devidamente reconhecidos pela sociedade, em geral, e pelo próprio Estado. Suas obras territorializadas sempre foram interpretadas e tratadas como ilegais, irregulares, informais, subnormais, precárias e clandestinas; por não obedecerem aos padrões racionais de edificação, por terem se constituído sem o crivo do controle governamental e por não possuírem documentação escriturada de propriedade e, sobretudo, pela origem social e racial de suas habitantes.

As favelas foram constituídas em uma realidade social dominada por estruturas sofisticadas de reprodução das desigualdades e suas moradoras são cotidianamente atingidas por essa lógica perversa, especialmente as mais jovens. Neste caso, basta identificar as suas elevadas taxas de desemprego e subemprego, demonstrando a particular condição de inserção no mundo do trabalho formal. Entretanto, não devemos tomar a situação de vulnerabilidade social em si mesma, pois seu caráter é sempre relacional. As favelas expressam as contradições e conflitos da urbanização do território e são forças atuantes para que a cidade se constitua de forma plural e com o devido reconhecimento de seus direitos.

As representações e práticas sociais assinaladas, sejam pelos grupos dominantes, pelos órgãos estatais e pelas inventoras das favelas provocaram o Observatório de Favelas – e, mais recentemente, a UNIperiferias – a assumir movimentos de inovação teórico-conceitual e da prática de investigação

das relações entre a produção do espaço urbano, a reprodução das desigualdades sociais e a distinção territorial de direitos. Desse modo, construímos e difundimos novas representações e formas de reconhecimento das práticas presentes nos territórios favelados que contribuíram e contribuem para que seus múltiplos sujeitos se sintam potentes, reconheçam seus territórios a partir dessa categoria e se organizem mais e mais, em plurais campos sociais, para construir seu pleno direito à vida, à dignidade humana. Essa é nossa agenda, isso dá sentido à nossa existência.

* Geógrafo, doutor em Sociologia da Educação, Fundador do Observatório de Favelas e Diretor Geral da Universidade Internacional das Periferias – UNIperiferias/IMJA.

** Geógrafo, Professor da UFF/RJ, Fundador e Diretor do Observatório de Favelas.

1 - Para evitar cair na lógica patriarcal que rege a língua portuguesa e que nos faz usar o plural no masculino, optamos por considerar que os termos plurais referentes a sujeitos são precedidos da palavra “pessoas”. Assim, eles serão escritos no feminino.

2 - Cf. “Carta da Maré – manifesto das periferias”, elaborada e aprovada em seminário internacional realizado em 2017, na Maré, reunindo um conjunto de organizações sociais atuantes nas periferias do mundo.

3 - São três as principais variáveis para a reprodução da desigualdade brasileira: o machismo; o racismo institucional e o patrimonialismo institucional. Este se caracteriza pelo processo regular, sistemático e abrangente de transferência das riquezas sociais para grupos privilegiados constituídos, especialmente, por homens, brancos e de alta renda. São cinco os meios de transferência da riqueza social que caracteriza o patrimonialismo institucional: a alocação de equipamentos e serviços em áreas mais privilegiadas economicamente da cidade; a ocupação dos principais cargos no Estado através do uso do capital social e de uma pretensa meritocracia; a política tributária que incide menos sobre quem tem maior renda; a política de juros que transfere parcela significativa da receita pública para os rentistas; a política de créditos que privilegia as organizações com mais recursos e poder político/econômico.

4 - Cf. Souza e Silva, Jailson e Barbosa, Jorge Luiz. Ed. Senac, Rio de Janeiro, 2005.

5 - O desprezo aos direitos básicos das moradoras das favelas chegou ao limite da barbárie com o atual governador Wilson Witzel: em nome de enfrentar o tráfico de drogas, ele tem a execução de jovens traficantes como o eixo de sua política de segurança. Diante disso, as forças policiais mataram mais de 4 pessoas por dia nos três primeiros meses de 2019 e o uso de helicópteros como armas de guerra se disseminou nas favelas cariocas.

6 - A palavra romana urbe valoriza mais as formas materiais que constituem a cidade – os seus equipamentos e serviços, que, em função das ações do Estado e do Mercado, atendem mais as áreas privilegiadas economicamente. A Polis, por sua vez, é a palavra grega para designar Cidade e ela valoriza mais as relações sociais, as formas coletivas de relações e representação, a vivência no espaço público. Uma cidade plena é constituída tanto da Urbe como da Polis.



1 Exposição no Galpão Bela Maré



Seminário no Galpão Bela Maré



2 Evento Vila Sésamo na Maré - Vivendo Juntos, no Galpão Bela Maré



4 Campanha Juventude Marcada para Viver #JMV



1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ADVOCACY 2019

EVENTO DE **DIREITO**

Informações e inscrições:
conferenciadeadvocacy.org

9 e 10/09

9h às 18h
Centro Universitário FMU
Rua Taguá, 150 - Liberdade

FMU
CENTRO UNIVERSITÁRIO



“**Me especializar
é a estratégia
para alavancar
minha carreira.**”

Faça Pós-Graduação na FMU.

Utilize o código promocional **DUMELA30POS**
e ganhe **30%** na sua matrícula!

FMU
CENTRO UNIVERSITÁRIO